



**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA NONA REGIÃO**

**RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2010**

**CURITIBA  
2011**



**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA NONA REGIÃO**

## **RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2010**

Relatório de Gestão do exercício de 2010 apresentado ao Tribunal de Contas da União como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 107/2010 e da Portaria TCU nº 277/2010.

Elaborado por Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região

**CURITIBA  
2011**

## SUMÁRIO

<b>PARTE A – INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE A GESTÃO.....</b>	<b>5</b>
<b>1 IDENTIFICAÇÃO DA UJ .....</b>	<b>5</b>
<b>2 PLANEJAMENTO E GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA.....</b>	<b>6</b>
<b>2.1 Responsabilidades institucionais da unidade .....</b>	<b>6</b>
2.1.1 <i>Competência Institucional .....</i>	<i>6</i>
2.1.2 <i>Objetivos estratégicos.....</i>	<i>6</i>
<b>2.2 Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais.....</b>	<b>6</b>
2.2.1 <i>Análise do andamento do plano estratégico da unidade .....</i>	<i>6</i>
2.2.2 <i>Análise do plano de ação da unidade .....</i>	<i>7</i>
<b>2.3 Programas de Governo sob a responsabilidade da unidade.....</b>	<b>8</b>
2.3.1 <i>Execução dos programas de Governo sob a responsabilidade da UJ .....</i>	<i>8</i>
2.3.2 <i>Execução física das ações realizadas pela UJ.....</i>	<i>8</i>
2.3.3 <i>Objetivos dos Programas: .....</i>	<i>8</i>
2.3.4 <i>Detalhamento das Ações: Projetos, Atividades e Operações Especiais.....</i>	<i>8</i>
2.3.5 <i>Demonstração da Execução Física das Ações Previstas e Realizadas e Descrição das Metas Executadas .....</i>	<i>11</i>
2.3.6 <i>Análise crítica.....</i>	<i>11</i>
2.3.7 <i>Formas de Atuação - Apresentação do método utilizado para atingimento dos objetivos traçados .....</i>	<i>13</i>
<b>2.4 Desempenho Orçamentário e Financeiro .....</b>	<b>13</b>
2.4.1 <i>Programação Orçamentária das Despesas .....</i>	<i>13</i>
2.4.2 <i>Execução Orçamentária das Despesas.....</i>	<i>15</i>
2.4.3 <i>Indicadores Institucionais.....</i>	<i>25</i>
<b>3 RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS.....</b>	<b>28</b>
<b>4 MOVIMENTAÇÃO E OS SALDOS DE RESTOS A PAGAR .....</b>	<b>28</b>
<b>4.1 Análise Crítica.....</b>	<b>28</b>
<b>5 RECURSOS HUMANOS DA UNIDADE.....</b>	<b>29</b>
<b>5.1 Composição do quadro de servidores ativos .....</b>	<b>29</b>
<b>5.2 Composição do quadro de servidores inativos e pensionistas.....</b>	<b>31</b>
<b>5.3 Composição do quadro de estagiários.....</b>	<b>31</b>
<b>5.4 Custos associados à manutenção dos recursos humanos .....</b>	<b>31</b>
<b>5.5 Locação de mão de obra mediante contratos de prestação de serviços .....</b>	<b>32</b>
<b>5.6 Indicadores gerenciais sobre recursos humanos.....</b>	<b>34</b>
<b>6 TRANSFERÊNCIAS DA UJ .....</b>	<b>37</b>
<b>6.1 Acordos de Cooperação Técnica .....</b>	<b>37</b>
<b>7 DECLARAÇÃO DA ÁREA RESPONSÁVEL REFERENTES A CONTRATOS E CONVÊNIOS.....</b>	<b>38</b>
<b>8 CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES ESTABELECIDAS NA LEI Nº 8.730, DE 10 DE NOVEMBRO DE 1993 .....</b>	<b>39</b>

<b>9</b>	<b>FUNCIONAMENTO DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO DA UJ .....</b>	<b>39</b>
<b>10</b>	<b>ADOÇÃO DE CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL NA AQUISIÇÃO DE BENS, MATERIAIS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI) E NA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS OU OBRAS .....</b>	<b>41</b>
<b>11</b>	<b>GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO DE RESPONSABILIDADE DA UJ.....</b>	<b>42</b>
<b>12</b>	<b>GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI) DA UJ .....</b>	<b>45</b>
<b>13</b>	<b>UTILIZAÇÃO DE CARTÕES DE PAGAMENTO DO GOVERNO FEDERAL .....</b>	<b>46</b>
<b>14</b>	<b>RENÚNCIA TRIBUTÁRIA.....</b>	<b>46</b>
<b>15</b>	<b>PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PARA ATENDER ÀS DELIBERAÇÕES EXARADAS EM ACÓRDÃOS DO TCU .....</b>	<b>46</b>
<b>16</b>	<b>TRATAMENTO DAS RECOMENDAÇÕES REALIZADAS PELA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO .....</b>	<b>49</b>
<b>17</b>	<b>OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS RELEVANTES PELA UNIDADE .....</b>	<b>50</b>
<b>17.1</b>	<b>Valores Arrecadados e Recolhidos durante o Exercício de 2010 .....</b>	<b>50</b>
<b>17.2</b>	<b>Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis .....</b>	<b>51</b>
<b>17.3</b>	<b>Análise das Conformidades Contábeis durante o Exercício de 2010.....</b>	<b>52</b>
	<b>PARTE B - INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO.....</b>	<b>53</b>
<b>1</b>	<b>DECLARAÇÃO DO CONTADOR RESPONSÁVEL PELA UNIDADE JURISDICIONADA.....</b>	<b>53</b>

**LISTA DE QUADROS**

Quadro I - Identificação das UJ no Relatório de Gestão Individual .....	5
Quadro II - Execução Física das ações realizadas pela UJ .....	11
Quadro III - Programação de Despesas Correntes .....	13
Quadro IV - Programação de Despesas de Capital .....	14
Quadro V - Resumo da Programação de Despesas .....	14
Quadro VI - Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa .....	15
Quadro VII - Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos originários da UJ .....	15
Quadro VIII - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da UJ .....	16
Quadro IX - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da UJ .....	16
Quadro X - Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação .....	17
Quadro XI - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação .....	17
Quadro XII - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação .....	18
Quadro XIII - Situação dos Restos a Pagar de Exercícios Anteriores .....	28
Quadro XIV - Composição do Quadro de Recursos Humanos - Situação apurada em 31/12/2010 .....	29
Quadro XV - Composição do Quadro de Recursos Humanos por Faixa Etária - Situação apurada em 31/12/2010 .....	30
Quadro XVI - Composição do Quadro de Recursos Humanos por Nível de Escolaridade - Situação apurada em 31/12/2010 .....	30
Quadro XVII - Composição do Quadro De Servidores Inativos - Situação apurada em 31/12/2010 .....	31
Quadro XVIII - Composição do Quadro de Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12/2010 .....	31
Quadro XIX - Composição do Quadro de Estagiários .....	31
Quadro XX - Custos de Recursos Humanos nos Exercícios de 2008, 2009 e 2010 .....	31
Quadro XXI - Contratos de Prestação de Serviços de Limpeza e Higiene e Vigilância Ostensiva .....	32
Quadro XXII - Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão de Obra .....	33
Quadro XXIII - Distribuição do Pessoal Contratado mediante Contrato de Prestação de Serviço com Locação de Mão de Obra .....	33
Quadro XXIV - Estrutura de Controles Internos da UJ .....	39
Quadro XXV - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis .....	41
Quadro XXVI - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União .....	42
Quadro XXVII - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros .....	43
Quadro XXVIII - Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ .....	44
Quadro XXIX - Gestão de TI da UJ .....	45
Quadro XXX - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício .....	46
Quadro XXXI - Declaração Plena do Contador .....	53

**PARTE A – INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE A GESTÃO**
**1 IDENTIFICAÇÃO DA UJ**
**Quadro I - Identificação das UJ no Relatório de Gestão Individual**

<b>Poder e Órgão de vinculação</b>			
<b>Poder:</b> Judiciário			
<b>Órgão de Vinculação:</b> Justiça do Trabalho			<b>Código SIORG:</b> 99999
<b>Identificação da Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação completa:</b> TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO			
<b>Denominação abreviada:</b> TRT 9ª REGIÃO			
<b>Código SIORG:</b> 99999	<b>Código LOA:</b> 99999		<b>Código SIAFI:</b> 080012
<b>Situação:</b> ativa			
<b>Natureza Jurídica:</b> Órgão Público do Poder Judiciário Federal			
<b>Principal Atividade:</b> promover a conciliação, o julgamento e dirimir litígios de natureza trabalhista entre empregados e empregadores.			<b>Código CNAE:</b> 8423-0/00
<b>Telefones/Fax de contato:</b>	(041) 3310-7127	(041) 3310-7168	(041) 3310-7758
<b>E-mail:</b> <a href="mailto:sci@trt9.jus.br">sci@trt9.jus.br</a>			
<b>Página da Internet:</b> <a href="http://www.tr9.jus.br">http://www.tr9.jus.br</a>			
<b>Endereço Postal:</b> Avenida Vicente Machado nº 147, Centro, Curitiba/PR, 80420-905.			
<b>Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada</b>			
Leis nºs 6.241/75, 7.325/85, 7.907/89 e 8.492/92			
<b>Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada</b>			
Regimento Interno, 7ª Edição – aprovado pela Resolução Administrativa 102/2001, de 29/10/2001, publicada no DJPR de 08/11/2001, págs. 197 a 198. Os gestores para o exercício foram designados pela Resolução Administrativa – RA 023/2009, publicada no DEJT nº 337, de 15/10/2009, pág. 5 e 6.			
<b>Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Portaria JP nº 431, de 07 de outubro de 2008.</b> (Publicado no BS nº 21, de 1/11/2008, p. 1 a 5), Institui o Manual de Concessão de Suprimento de Fundos.			
<b>Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Código SIAFI</b>	<b>Nome</b>		
080012	Tribunal Regional do Trabalho 9ª Região		
<b>Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Código SIAFI</b>	<b>Nome</b>		
00001	Tesouro Nacional		
<b>Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões</b>			
<b>Código SIAFI da Unidade Gestora</b>		<b>Código SIAFI da Gestão</b>	
080012		00001	

## **2 PLANEJAMENTO E GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA**

### **2.1 Responsabilidades institucionais da unidade**

#### **2.1.1 Competência Institucional**

Criada, originariamente, pela Lei nº 6.421/75, já atualizada a sua composição, por legislações posteriores, esta UJ como órgão que compõe a Justiça do Trabalho tem a competência constitucional descrita pelo artigo 114, incisos I a IX, parágrafos 1º a 3º, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, já consideradas as alterações decorrentes da Emenda Constitucional nº 45, de 8 de dezembro de 2004.

#### **2.1.2 Objetivos estratégicos**

A dinâmica para o alcance dos objetivos estratégicos deu-se através da adoção do instrumento administrativo denominado “projeto” com o objetivo de efetivar as metas, objetivos estratégicos, visão e missão institucionais através do planejamento.

O planejamento é composto de dois extratos de objetivos estratégicos: Aqueles emanados das instâncias colegiadas e executivas federais (Conselho Nacional de Justiça, Tribunal Superior do Trabalho e COLEPRECOR – Colégio de Presidentes e Corregedores de Tribunais Regionais do Trabalho) e aqueles estipulados pela Administração do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região.

Cada objetivo enunciado necessita de uma ou mais metas que permitam medir o grau em que foi atingido – daí a formulação dos indicadores. No dia a dia da Administração, nem todas as ações têm caráter estratégico; porém, todos os colaboradores devem adotar os objetivos e as metas definidas no planejamento como inspiração e parâmetro para suas iniciativas. Tampouco os projetos adotados pelo 9º Regional serão avaliados exclusivamente pelo viés estratégico; no entanto, será dada prioridade, na disposição dos recursos, àqueles que melhor se alinham ao planejamento.

A Missão, a Visão e os Valores que nos auto atribuímos, definidos em etapas anteriores do processo de planejamento estratégico da Justiça do Trabalho da 9ª Região, são conceitos abstratos que devem permear nossas práticas. Ao avaliar nosso desempenho, tanto quanto medimos o atingimento das metas, devemos refletir sobre o quanto esses conceitos foram honrados em nossos projetos, esforços e atitudes.

### **2.2 Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais**

#### **2.2.1 Análise do andamento do plano estratégico da unidade**

Foi providenciada a atualização do planejamento estratégico desta UJ, através da Resolução Administrativa nº 23/2010, do Tribunal Pleno, em 26 de agosto de 2010, que aprovou o Planejamento Estratégico para o quinquênio 2010-2014, na forma descrita pelo Anexo I da mesma resolução, cuja resenha pode ser observada conforme a seguir se descreve:

- I - Missão: solucionar os conflitos provenientes das relações trabalhistas com qualidade, agilidade, uso responsável dos recursos e respeito ao cidadão.
- II - Visão: ser referencial de qualidade e agilidade na prestação jurisdicional trabalhista, até dezembro de 2014.
- III - Atributos de valor do Judiciário para a sociedade, sem relação hierárquica entre eles: Comprometimento, Ética, Inovação, Acessibilidade, Celeridade, Respeito, Transparência, Responsabilidade Socioambiental, Credibilidade e Efetividade.

IV - 11 (onze) objetivos estratégicos, distribuídos em 7 (sete) temas:

- Tema 1. Atuação institucional:
    - Objetivo 1. Fortalecer as relações com outras instituições;
    - Objetivo 2. Aperfeiçoar os canais de comunicação internos e externos da Justiça do Trabalho da 9ª Região;
    - Objetivo 3. Promover a responsabilidade socioambiental.
  - Tema 2. Eficiência operacional:
    - Objetivo 4. Desenvolver e aperfeiçoar procedimentos e ferramentas visando à celeridade dos processos judiciais e administrativos.
  - Tema 3. Gestão de pessoas:
    - Objetivo 5. Desenvolver, qualificar, motivar e comprometer as pessoas para atingir os objetivos da instituição;
    - Objetivo 6. Buscar a melhoria contínua do clima organizacional e da qualidade de vida das pessoas.
  - Tema 4. Infraestrutura e tecnologia:
    - Objetivo 7. Prover ambiente físico adequado ao cumprimento da missão institucional;
    - Objetivo 8. Prover recursos tecnológicos para atender às demandas da Justiça do Trabalho da 9ª Região.
  - Tema 5. Prestação Jurisdicional com ênfase na efetividade:
    - Objetivo 9. Promover a efetividade no cumprimento das decisões.
  - Tema 6. Orçamento:
    - Objetivo 10. Assegurar a execução da estratégia a partir da provisão de recursos financeiros.
  - Tema 7: Alinhamento:
    - Objetivo 11. Promover o alinhamento estratégico.
- V – Para cada objetivo haverá ao menos um indicador de resultado, que mostrará onde estamos e onde queremos chegar, e que acompanhará a evolução positiva ou negativa em direção ao objetivo.
- VI – Associadas a cada indicador de resultado, haverá metas de curto, médio e longo prazos, cuja aproximação será aferida pelos indicadores.
- VII - Para cada meta haverá ações e projetos julgados suficientes para o seu alcance, que serão constantemente avaliados.

O acompanhamento das ações e dos indicadores, a análise de resultados e o realinhamento do planejamento serão uma constante, na medida em que esta primeira edição servirá de balizamento para aprimorar os meios de coleta de dados junto às unidades e criar uma cultura de análise de desempenho setorial e global.

## 2.2.2 Análise do plano de ação da unidade

Como forma de dar efetividade ao Planejamento Estratégico desta UJ, inicialmente foi instituído o Comitê de Gestão Estratégica do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, para atuar no desenvolvimento de seu planejamento estratégico, através do Ato da Presidência TRT nº 187/2010. Na seqüência, foi providenciada a contratação da empresa especializada, Tantum Group Consultoria Empresarial Ltda. – CNPJ 10.935.384/0001-98 (Contrato nº 15/2011) cujo objeto se refere à capacitação de servidores e magistrados na elaboração do BSC - Balanced Score Card deste TRT 9ª Região, para a carga horária de 320 horas, num cronograma de 6 (seis) meses para realização das capacitações e avaliações de aprendizagem.

O instrumento e metodologia utilizada é denominado Mapeamento Estratégico, entendido este como uma capacitação essencial, prática e de longa durabilidade para garantir o sucesso do modelo de gestão, dos alinhamentos dos planos de ação e, principalmente, como subsídio ao



aprimoramento da qualidade do processo decisório da alta liderança, estando previstas 7 (sete) macro etapas para o programa de capacitação, a saber:

1. Diagnóstico de uma Organização Orientada à Estratégia
2. Monitoramento da Estratégia
3. Construção de Mapas Estratégicos
4. Desdobramento da Estratégia para Secretarias e áreas de apoio
5. Comunicação da estratégia
6. Modelo de Gestão de Programas e Projetos estratégicos
7. Modelo de Gestão de Rotinas e Processo de Trabalho

### **2.3 Programas de Governo sob a responsabilidade da unidade**

#### 2.3.1 Execução dos programas de Governo sob a responsabilidade da UJ

Registramos que este órgão não tem responsabilidade de gerir Programas de Governo.

#### 2.3.2 Execução física das ações realizadas pela UJ

#### 2.3.3 Objetivos dos Programas:

##### 2.3.3.1 Prestação Jurisdicional Trabalhista

Conjunto de ações que diretamente concorrem para a garantia plena do direito à Justiça, representada pela missão de conciliar e julgar os dissídios trabalhistas.

##### 2.3.3.2 Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais

Conjunto de ações relativas ao processo judiciário

##### 2.3.3.3 Previdência de Inativos e Pensionistas da União

Conjunto de ações desenvolvidas visando o amparo e assistência aos segurados e seus beneficiários.

#### 2.3.4 Detalhamento das Ações: Projetos, Atividades e Operações Especiais

##### 2.3.4.1 Prestação Jurisdicional Trabalhista

###### 2.3.4.1.1 Objetivo

Conciliar e julgar os dissídios individuais e coletivos entre trabalhadores e empregadores, abrangidos os entes de direito público externo e da administração pública direta e indireta dos Municípios, do Distrito Federal, dos Estados e da União.

## 2.3.4.1.2 Atividades/Projetos

**02.122.0571.09HB.0041 – Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**

Pagamento da contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais na forma do artigo 8º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004.

**02.122.0571.11EX.0101 – Construção de Fórum Trabalhista em Londrina – PR**

Construção de obra com 16.159,67 m<sup>2</sup> para instalação de seis Varas do Trabalho, Serviço de Distribuição, Postos de Atendimento Bancário, OAB, Arquivo Geral e Divisão Administrativa com almoxarifado.

**02.122.0571.1I09.0101 – Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho em Pato Branco – PR**

Construção de obra com 980 m<sup>2</sup>, que abrigará a Vara do Trabalho, o Serviço de Distribuição e o Arquivo.

**02.301.0571.2004.0001 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes**

Concessão do benefício de assistência médico-hospitalar e odontológica aos servidores e empregados, ativos e inativos, dependentes e pensionistas.

**02.365.0571.2010.0001 - Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados**

Concessão do benefício de assistência pré-escolar pago diretamente no contracheque, a partir de requerimento, aos servidores e empregados que tenham filhos em idade pré-escolar, conforme dispõem o Decreto 977/93, Constituição Federal, art. 7º, inciso XXV, alterado pela Emenda Constitucional nº 53/2006.

**02.331.0571.2011.0001 – Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados**

Pagamento de Auxílio-Transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos da Administração Federal direta, autárquica e fundacional da União, nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa.

**02.306.0571.2012.0001 – Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados**

Concessão em caráter indenizatório e sob forma de pecúnia o auxílio-alimentação aos servidores e empregados ativos, de acordo com a Lei 9527/97, pago na proporção dos dias trabalhados e custeado com recursos do órgão ou entidade de lotação ou exercício do servidor ou empregado.

**02.128.0571.4091.0001 - Capacitação de Recursos Humanos**

Oferecimento, aos servidores e demais agentes vinculados ao Órgão, de cursos de treinamento, palestras, exposições, congressos e outros eventos, voltados para a capacitação técnica e assimilação de conhecimentos, com vistas ao desempenho de suas atividades com maior eficiência; modernização dos serviços e procedimentos dos órgãos onde atuam diretamente.

**02.061.0571.4224.0041 – Assistência Jurídica a Pessoas Carentes**

Pagamento de honorários devidos a defensores dativos, peritos, intérpretes e curadores especiais no âmbito do Judiciário, que atuam em processos em que seja reconhecida a carência do requerente, nos termos do art. 790-B, da CLT.

**02.061.0571.4256.0001 - Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho**

Os recursos serão aplicados em ações que visem à solução de controvérsias trabalhistas, mediante a atuação de magistrados e servidores, por meio da execução de despesas com: pessoal ativo; viagens e locomoção; diárias; ajuda de custo; serviços postais; telefonia fixa ou celular; manutenção dos serviços de telecomunicações; aquisição e guarda de material de consumo e expediente; comunicações administrativas; assinatura de jornais, periódicos e afins; outras despesas administrativas; veículos (aquisição, licenciamento, peças, alugueres, manutenção, revisão, reparo, combustível); manutenção e conservação de imóveis, próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos Tribunais Trabalhistas, compreendendo: aluguéis, despesas de condomínio e seguros; serviços de vigilância; serviços de limpeza; locação de mão-de-obra para vigilância e limpeza; conservação, aquisições, construções e reformas prediais de pequeno vulto e que não ultrapassem o exercício financeiro; serviços de utilidade pública (água, luz, gás e afins); aquisição e manutenção de ar condicionado, de prevenção de incêndio, de elevadores e de escadas rolantes; aquisição, locação, manutenção e suprimento de equipamentos, softwares e material de consumo de informática; serviços de consultoria na área de informática; dentre outros.

**2.3.4.1.3 Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais**

São as ações que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços.

**2.3.4.1.3.1 Operações Especiais****28.846.0901.0005.00001 – Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatórios) devida pela União, Autarquias e Fundações Públicas.**

Pagamento de precatórios devidos pela União, Autarquias e Fundações Públicas em razão de Sentença Transitada em Julgado.

**28.846.0901.0625.0001 – Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado de Pequeno Valor devida pela União, Autarquias e Fundações Públicas.**

Pagamento de sentenças judiciais no prazo de sessenta dias contados da data do trânsito em julgado, quando forem emitidas contra a União, Autarquias e Fundações Públicas e tiverem valores inferiores a sessenta salários mínimos, nos termos do § 3º do art. 100 da Constituição, regulamentado pela Instrução Normativa nº 32/2007 do TST, aprovada pela Resolução nº 145/2007.

**2.3.4.1.4 Previdência de Inativos e Pensionistas da União**
**2.3.4.1.4.1 Objetivo**

Assegurar os benefícios previdenciários legalmente estabelecidos aos servidores inativos da União e seus pensionistas e dependentes.

**2.3.4.1.4.2 Previdência de Inativos e Pensionistas da União**
**09.272.0089.0396.0001 – Pagamento de Aposentadorias e Pensões**

Pagamento de aposentadorias e pensões, incluindo aposentadoria ou pensão mensal, gratificação natalina e eventuais despesas de exercícios anteriores aos servidores civis inativos dos poderes Judiciário, Legislativo e do Ministério Público da União ou seus pensionistas.

**2.3.5 Demonstração da Execução Física das Ações Previstas e Realizadas e Descrição das Metas Executadas**
**Quadro II - Execução Física das ações realizadas pela UJ**

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2011
09	272	0089	0396	OP	3	Pessoa Beneficiada	478	499	534
02	301	0571	2004	A	3	Pessoa Beneficiada	6.015	6.624	6.683
02	365	0571	2010	A	3	Criança de 0 a 6 anos atendida	368	460	528
02	331	0571	2011	A	3	Servidor Beneficiado	36	47	66
02	306	0571	2012	A	3	Servidor Beneficiado	1.915	2.227	2.174
02	128	0571	4091	A	3	Servidor Capacitado	3.000	5.704	3.300
02	061	0571	4224	A	3	Pessoa Assistida	5.630	5.616	7.776
02	061	0571	4256	A	3	Processo Julgado	153.384	157.273	171.224
02	122	0571	1109	P	3	% Execução Física	72	0	-
02	122	0571	11EX	P	3	% Execução Física	23	0	38

Fonte: Sigplan/SAO/Sercont/Secof

Nota 1: Valores extraídos da Lei nº 12.214/2010 (LOA 2010)

**2.3.6 Análise crítica**
**02.306.0571.2012.0001 - Auxílio Alimentação aos Servidores e Empregados**

Meta alterada por créditos adicionais suplementares para 1999 servidores beneficiados. A meta física foi plenamente atingida com a nomeação de novos servidores aprovados no concurso público realizado em 2010, decorrente de cargos remanescentes aprovados através da Lei 11.979/2009.

**02.331.0571.2011.0001 - Auxílio Transporte aos Servidores e Dependentes**

Meta alterada por créditos adicionais suplementares para 69 servidores beneficiados. O não atingimento da meta física ocorreu em razão de não terem requerido o benefício diversos servidores nomeados no concurso público realizado em 2010, decorrente de cargos remanescentes aprovados através da Lei 11.979/2009.

**02.365.0571.2010.0001 - Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados**

Meta alterada por créditos adicionais suplementares para 437 crianças de 0 a 6 anos atendidas. A meta física foi plenamente atingida em razão da nomeação de novos servidores aprovados no concurso público realizado em 2010, decorrente de cargos remanescentes aprovados através da Lei 11.979/2009.

**02.301.0571.2004.0001 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes.**

Meta alterada por créditos adicionais suplementares para 6547 pessoas beneficiadas. A meta física foi plenamente atingida com a nomeação dos novos servidores aprovados no concurso público realizado em 2010, decorrente de cargos remanescentes aprovados através da Lei 11.979/2009.

**02.128.0571.4091.0001 - Capacitação de Recursos Humanos**

O atingimento pleno da meta deu-se em razão do preenchimento dos cargos vagos previstos para o ano 2009, ter ocorrido somente no final do exercício, postergando a participação dos novos servidores nos programas de capacitação para o exercício de 2010, além da capacitação oriunda da nomeação de novos servidores aprovados no concurso público realizado em 2010.

**02.122.0571.1109.0101 – Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho em Pato Branco – PR**

O não atingimento pleno da meta deveu-se ao fato da contratação da empresa para execução da obra ter ocorrido no final do exercício de 2009, face à aprovação do crédito suplementar, através da Lei nº 12.178, publicada em 30/12/2009, e a obra foi executada durante o exercício de 2010 com recursos inscritos em restos a pagar. Os recursos orçamentários previstos para esta ação orçamentária, foram oferecidos em contrapartida à abertura de crédito especial para suplementação de recursos para os Projetos de Construção dos Fóruns Trabalhistas de Foz do Iguaçu e Ponta Grossa, através do Projeto de Lei (PLN) nº 26/2010, restando não aprovado pelo Congresso Nacional.

**02.122.0571.11EX.0101 – Construção de Fórum Trabalhista em Londrina – PR**

O não atingimento da meta deu-se em virtude de o processo licitatório para contratação de nova empresa para dar prosseguimento à execução da obra ter sido concluído no final do exercício de 2010, visto que em 2009 houve rescisão contratual da segunda empresa contratada por atraso na construção e descumprimento de cláusulas contratuais.

**02.061.0571.4256.0001 - Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho**

A meta física foi plenamente atingida. A razão do acréscimo no número de processos julgados é resultado da disponibilização de novos equipamentos de informática, o desenvolvimento de sistemas de informatização de processos, investimentos em capacitação dos servidores e magistrados, instalação de novas varas do trabalho e a nomeação de novos juízes.

**02.061.0571.4224.0041 – Assistência Jurídica a Pessoas Carentes**

Meta alterada por créditos adicionais suplementares para 6498 pessoas assistidas. A meta física não foi plenamente atingida em razão de o número de requisições de honorários periciais despachados ou sentenciados pelo juízo competente a título de assistência jurídica a pessoas carentes, ter sido menor do que o inicialmente estimado.

**09.272.0089.0396.0001 – Pagamento de Aposentadorias e Pensões**

A meta física foi atingida em razão de o número de servidores e magistrados aposentados e de novos pensionistas ter sido superior ao número inicialmente estimado.

**2.3.7 Formas de Atuação - Apresentação do método utilizado para atingimento dos objetivos traçados**

No Tribunal do Trabalho da 9ª Região, como unidade Orçamentária e Executora, as despesas são realizadas diretamente, ou seja, são efetuadas sem transferência de crédito, sob a modalidade Aplicações Diretas.

**2.4 Desempenho Orçamentário e Financeiro**
**2.4.1 Programação Orçamentária das Despesas**
**Quadro III - Programação de Despesas Correntes**

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesas Correntes					
		1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida		3- Outras Despesas Correntes	
		Exercícios		Exercícios		Exercícios	
		2009	2010	2009	2010	2009	2010
LOA	Dotação proposta pela UO	454.798.172,00	463.675.468,00			43.247.623,00	50.091.737,00
	PLOA	459.991.928,00	463.675.468,00			43.247.623,00	50.091.737,00
	LOA	459.991.928,00	463.675.468,00			41.749.423,00	50.091.737,00
CRÉDITOS	Suplementares	33.180.814,00	97.973.260,00			8.231.962,00	3.564.570,00
	Especiais	Abertos					
		Reabertos					
	Extraordinários	Abertos					
		Reabertos					
Créditos Cancelados		973.324,00				380.000,00	2.876.225,00

<b>Outras Operações</b>						
<b>Total</b>		<b>561.648.728,00</b>			<b>49.601.385,00</b>	<b>50.780.082,00</b>

Fonte: Siafi/Sercont/Secof

**Quadro IV - Programação de Despesas de Capital**

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesas de Capital					
		4 – Investimentos		5 – Inversões Financeiras		6- Outras Despesas de Capital	
		Exercícios		Exercícios		Exercícios	
		2009	2010	2009	2010	2009	2010
LOA	Dotação proposta pela UO	7.972.924,00	6.417.400,00				
	PLOA	7.972.924,00	6.417.400,00				
	LOA	8.222.924,00	7.667.400,00				
CRÉDITOS	Suplementares	1.000.000,00	2.817.500,00				
	Especiais	Abertos					
		Reabertos					
	Extraordinários	Abertos					
		Reabertos					
	Créditos Cancelados	3.287.067,00	450.000,00				
<b>Outras Operações</b>							
<b>Total</b>		<b>5.935.857,00</b>	<b>10.034.900,00</b>				

Fonte: Siafi/Sercont/Secof

**Quadro V - Resumo da Programação de Despesas**

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 – Reserva de Contingência	
		Exercícios		Exercícios		Exercícios	
		2009	2010	2009	2010	2009	2010
LOA	Dotação proposta pela UO	498.045.795,00	513.767.205,00	7.972.924,00	6.417.400,00		
	PLOA	503.239.551,00	513.767.205,00	7.972.924,00	6.417.400,00		
	LOA	501.741.351,00	513.767.205,00	8.222.924,00	7.667.400,00		
CRÉDITOS	Suplementares	41.412.776,00	101.537.830,00	1.000.000,00	2.817.500,00		
	Especiais	Abertos					
		Reabertos					
	Extraordinários	Abertos					
		Reabertos					
	Créditos Cancelados	1.353.324,00	2.876.225,00	3.287.067,00	450.000,00		
<b>Outras Operações</b>							
<b>Total</b>		<b>541.800.803,00</b>	<b>612.428.810,00</b>	<b>5.935.857,00</b>	<b>10.034.900,00</b>		

Fonte: Siafi/Sercont/Secof

**Quadro VI - Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa**

Valores em R\$ 1,00

Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes		
				1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos					
	Recebidos	080001-TST	0212205711P660001			267.731,00
	Recebidos	080001-TST	0212605712C730001			91.272,00
Movimentação Externa	Concedidos					
	Recebidos	173057-BACEN	28846090100050001	803.775,01		
	Recebidos	153079-UFPR	28846090100050041	77.989,44		
	Recebidos	373001-INCRA	28846090100050001	102.362,67		
	Recebidos	510002-INSS	28846090100050001	502.438,74		
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas de Capital		
				4 - Investimentos	5- Inversões Financeiras	6 – Outras Despesas de Capital
Movimentação Interna	Concedidos					
	Recebidos	080001-TST	0212205711P660001	355.188,89		
	Recebidos	080001-TST	02126057150930001	598.950,00		
Movimentação Externa	Concedidos					
	Recebidos					

Fonte: Siafi/Sercont/Secof

## 2.4.2 Execução Orçamentária das Despesas

**Quadro VII - Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos originários da UJ**

Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa Paga	
	Exercícios			
	2009	2010	2009	2010
<b>Licitação</b>				
Convite	0	0	0	0
Tomada de Preços	9.909,36	0	1.365,00	0
Concorrência	0	0	0	0
Pregão	12.700.462,00	11.248.781,67	12.491.221,77	11.214.113,04
Concurso	0	0	0	0
Consulta	0	0	0	0
<b>Contratações Diretas</b>				
Dispensa	4.356.424,00	3.037.809,44	4.355.892,34	3.015.060,09
Inexigibilidade	1.503.616,16	2.537.208,21	1.503.616,16	2.535.492,56
<b>Regime de Execução Especial</b>				
Suprimento de Fundos	77.104,77	69.922,59	77.104,77	69.922,59
<b>Pagamento de Pessoal</b>				
Pagamento em Folha	494.675.415,44	576.404.491,28	494.675.415,44	576.404.491,28
Diárias	1.314.948,96	1.809.928,33	1.314.948,96	1.809.928,33
Outros	17.608.495,12	29.767.124,04	15.222.331,26	29.767.124,04

Fonte: Siafi/Sercont/Secof



**Quadro VIII - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da UJ**

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
<b>1- Despesas de Pessoal</b>								
3190.01	67.460.215,84	72.142.480,95	67.460.215,84	72.142.480,95	-	-	67.460.215,84	72.142.480,95
3190.03	12.486.496,82	13.468.091,08	12.486.496,82	13.468.091,08	-	-	12.486.496,82	13.468.091,08
3190.11	324.801.632,38	357.362.242,80	324.801.632,38	357.362.242,80	-	-	324.801.632,38	357.362.242,80
Demais elementos do grupo	80.106.908,64	136.060.363,56	78.369.179,91	131.559.153,29	1.737.728,73	4.501.210,27	78.369.179,91	131.559.153,29
<b>2- Juros e Encargos da Dívida</b>								
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>3- Outras Despesas Correntes</b>								
3390.30	2.885.887,57	2.420.681,25	2.180.793,09	2.106.040,46	705.094,48	314.640,79	2.010.057,00	2.104.703,64
3390.37	5.467.947,81	5.898.403,55	5.095.460,51	5.461.768,28	372.487,30	436.635,27	4.915.688,10	5.427.378,04
3390.39	11.616.270,35	8.591.946,58	7.830.062,55	6.636.459,77	3.786.207,80	1.955.486,81	7.337.542,00	6.613.053,20
Demais elementos do grupo	30.783.804,68	34.068.554,81	28.355.721,18	33.739.689,01	2.428.083,50	328.865,80	28.253.465,00	33.739.689,01

Fonte: Siafi/Sercont/Secof

**Quadro IX - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da UJ**

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
<b>4 - Investimentos</b>								
4490.51	1.454.055,44	3.464.509,56	7.959,36	193.716,61	1.446.096,08	3.270.792,95	-	193.716,61
4490.52	4.072.276,70	5.821.248,83	3.659.396,54	2.108.611,21	412.880,16	3.712.637,62	3.647.413,00	2.108.611,21
4490.39	308.483,95	769.520,45	77.265,88	97.012,10	231.218,07	672.508,35	77.265,88	97.012,10
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>5 - Inversões Financeiras</b>								
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>6 - Amortização da Dívida</b>								
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Siafi/Sercont/Secof

**Quadro X - Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação**

Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa Paga	
	2009	2010	2009	2010
<b>Licitação</b>				
Convite	-	-	-	-
Tomada de Preços	-	-	-	-
Concorrência	-	-	-	-
Pregão	1.151.425,41	797.351,39	557.735,74	797.351,39
Concurso	-	-	-	-
Consulta	-	-	-	-
<b>Contratações Diretas</b>				
Dispensa	1.100,00	-	1.100,00	-
Inexigibilidade	-	80.229,90	-	78.808,10
<b>Regime de Execução Especial</b>				
Suprimento de Fundos	-	-	-	-
<b>Pagamento de Pessoal</b>				
Pagamento em Folha	-	-	-	-
Diárias	-	-	-	-
<b>Outros</b>	653.297,70	1.486.563,72	653.297,70	1.486.565,86

Fonte: Siafi/Sercont/Secof

**Quadro XI - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação**

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
<b>1 – Despesas de Pessoal</b>								
3190.01	-	-	-	-	-	-	-	-
3190.03	-	-	-	-	-	-	-	-
31.90.11	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	653.297,70	1.486.563,72	653.297,70	1.486.563,72	0,00	0,00	653.297,70	1.486.563,72
<b>2 – Juros e Encargos da Dívida</b>								
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>3- Outras Despesas Correntes</b>								
3390.30	-	-	-	-	-	-	-	-
3390.37	-	-	-	-	-	-	-	-
3390.39	1.152.525,41	357.936,47	1.152.525,41	278.631,29	574.227,00	79.305,18	558.835,74	277.209,49
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Siafi/Sercont/Secof

**Quadro XII - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação**

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
<b>4 - Investimentos</b>								
4490.51	-	-	-	-	-	-	-	-
4490.52	-	954.138,89	-	598.950,00	-	355.188,89	-	598.950,00
4490.39	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>5 - Inversões Financeiras</b>								
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>6 - Amortização da Dívida</b>								
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Siafi/Sercont/Secof

**2.4.2.1 Análise e Comentários a Composição dos Balanços e Demonstrações Contábeis**
**2.4.2.1.1 Dos Recursos Orçamentários**

No exercício de 2010 os recursos orçamentários recebidos pelo Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, incluindo créditos adicionais suplementares para atendimento de despesas de Pessoal e Encargos Sociais (Ativo, Inativo e Pensionistas), Outras Despesas Correntes e Despesa de Capital e de Precatórios de diversas Autarquias, totalizaram R\$ 644.995.062,89, distribuídos da seguinte forma:

- Decorrentes de dotações consignadas a este E. Tribunal na Lei Orçamentária Anual – LOA: R\$ 521.434.605,00;
- Crédito orçamentário suplementar: R\$ 101.029.105,00;
- Descentralizações oriundas das autarquias e das fundações públicas, destinadas ao pagamento de decisões judiciais transitadas em julgado: R\$ 21.218.211,00;
- Provisão recebida do TST para modernização de instalações da Justiça do Trabalho, Manutenção e Implantação do Sistema Integrado de Gestão: R\$ 1.313.141,89.

O orçamento total do TRT 9ª Região em 2010 apresentou os seguintes valores por tipo de orçamento (esfera):

- Orçamento Fiscal: total da despesa autorizada: R\$ 540.780.640,89
- Orçamento da Seguridade Social: total da despesa autorizada: R\$ 104.214.422,00

**2.4.2.1.2 Dos Créditos Adicionais**
**2.4.2.1.2.1 Pessoal E Encargos Sociais**

Foram abertos ao Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região créditos suplementares, para reforço de dotações de Pessoal e Encargos Sociais, aumentando o total do orçamento inicial recebido, no valor de R\$ 97.973.260,00, conforme segue:

- Ação 4256 - Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - Pessoal Ativo: Suplementação: R\$ 70.564.942,00

- b) Ação 0396 - Pagamento de Aposentadoria e Pensões:  
Suplementação: R\$ 18.609.323,00
- c) Ação 09HB - Encargos Sociais:  
Suplementação: R\$ 8.798.995,00

#### 2.4.2.1.2.2 Outras Despesas Correntes

Com referência a Outras Despesas Correntes, foram abertos créditos suplementares, aumentando o total do orçamento inicial recebido, bem como cancelamentos, totalizando R\$ 688.345,00, conforme discriminado abaixo:

- a) Ação 2004 – Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, empregados e seus dependentes:  
Suplementação: R\$ 823.000,00
- b) Ação 2010 – Assistência Pré-Escolar aos dependentes dos servidores e empregados:  
Suplementação: R\$ 267.861,00
- c) Ação 2011 – Auxílio-Transporte aos servidores e empregados:  
Suplementação: R\$ 58.209,00
- d) Ação 2012 – Auxílio-Alimentação aos servidores e empregados:  
Suplementação: R\$ 1.489.275,00
- e) Ação 4224 – Assistência Jurídica a Pessoas Carentes no Estado do Paraná:  
Suplementação: R\$ 476.225,00
- f) Ação 4256 – Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho:  
Suplementação: R\$ 450.000,00  
Cancelamento: R\$ 2.876.225,00

#### 2.4.2.1.2.3 Despesas de Capital

Em relação às Despesas de Capital, foram abertos créditos suplementares, aumentando o total do orçamento inicial recebido em R\$ 2.367.500,00, conforme discriminado abaixo:

- a) Ação 4256 – Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho:  
Suplementação: R\$ 2.817.500,00  
Cancelamento: R\$ 450.000,00

#### 2.4.2.1.3 Dotação Descentralizada – Destaque

UO: 25201 – Banco Central do Brasil . 3190.91 – Sentenças Judiciais	803.776,00
UO: 26241 – Universidade Federal do Paraná . 3190.91 – Sentenças Judiciais	77.990,00
UO: 33201 – Instituto Nacional do Seguro Social . 3190.91 – Sentenças Judiciais	502.439,00
UO: 49201 – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária . 3190.91 – Sentenças Judiciais	102.363,00
UO: 71103 – Precatórios Administração Direta . 3190.91 – Sentenças Judiciais	10.520.379,00
UO: 71103 – Precatórios Sentenças de Pequeno Valor . 3190.91 – Sentenças Judiciais	9.211.264,00
<b>TOTAL</b>	<b>21.218.211,00</b>

## 2.4.2.1.4 Dotação Descentralizada – Provisão Recebida

UO: 15101 – Tribunal Superior do Trabalho . Modernização de Instalações da Justiça do Trabalho – Nacional . 3390.39 – O.S.T – Pessoa Jurídica	267.731,00
. 4490.52 – Equipamentos e Material Permanente . Manutenção de Sistema Integrado de Gestão – Nacional . 3390.39 – O.S.T – Pessoa Jurídica	355.188,89
. Implantação de Sistema Integrado de Gestão – Nacional . 3390.39 – O.S.T – Pessoa Jurídica	91.272,00
TOTAL	598.950,00
	1.313.141,89

## 2.4.2.1.5 Despesas Realizadas por meio de provisões do TST

Os recursos recebidos através de descentralização foram aplicados da seguinte forma:

<b>Programa: 02.126.0571.5093.0001 - Implantação de Sistema Integrado de Gestão - Nacional</b> Elemento da Despesa: 44.90.52 – Equipamentos e Material Permanente. Processo      Empenho                      Favorecido PC-012/10      1487                                      Itautec S.A.		
<b>Objeto:</b> Aquisição de microcomputador “desktop” tipo I, com gerenciamento remoto, através de adesão à ata de registro de preços do pregão eletrônico 018/2010 do Tribunal Superior do Trabalho, autuado neste TRT como processo carona.		
		VALOR R\$ 598.950,00
<b>TOTAL DO PROGRAMA: R\$ 598.950,00</b>		

<b>Programa: 02.126.0571.2C73.0001 – Manutenção de Sistema Integrado de Gestão - Nacional</b> Elemento da Despesa: 33.90.39 – Outros Serv. De Terceiros – Pessoa Jurídica. Processo      Empenho                      Favorecido PR-020/09      825                                      IBM Brasil Ind. de Máq. e Serv. Ltda.		
<b>Objeto:</b> Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção do hardware, definidos para solução Storage IBM (DS-4300, Switch fiber channel, gavetas de expansão, tape library e rack), de acordo com a proposta da contratada nº 2-14UXLFX-03.		
		VALOR R\$ 91.271,04
		<b>Saldo não utilizado R\$ 0,96</b>
<b>TOTAL DO PROGRAMA: R\$ 91.272,00</b>		

<b>Programa: 02.122.0571.1P66.0001 – Modernização de Instalações da Justiça do Trabalho - Nacional.</b> Elemento da Despesa: 33.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica. Processo      Empenho                      Favorecido PO-066/09      1332                                      Construtora Planingá Ltda.		
<b>Objeto:</b> Contratação de empresa de engenharia para a execução de reforma da Vara do Trabalho de Ivaiporã, conforme solicitação da Secretaria de Engenharia e Arquitetura, através do Memo. 218/2010 SEA.		
		VALOR R\$ 22.758,95
Elemento da Despesa: 33.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica. Processo      Empenho                      Favorecido PO-019/10      1992                                      Delafis Projetos de Engenharia Ltda.		
<b>Objeto:</b> Contratação de empresa de engenharia para manutenção corretiva e execução de adequações técnicas em imóveis: Setorial Cascavel, Unidade Cascavel, conforme Memorando 379/2010 SEA, com fornecimento de materiais e mão de obra, de acordo com as condições e especificações previstas nos anexos I, Termo de Referencia, Memorial Descritivo, Planilha de levantamento de custos estimativos, Resumos das intervenções previstas e Contrato 29/2010.		
		VALOR R\$ 66.911,11
Elemento da Despesa: 33.90.39 – Outros Serv. De Terceiros – Pessoa Jurídica. Processo      Empenho                      Favorecido PO-019/10      1993                                      Construtora Planingá Ltda.		

<p><u>Objeto:</u> Contratação de empresa de engenharia para manutenção corretiva e execução de adequações técnicas em imóveis: Setorial Londrina, Unidade Santo Antonio da Platina com fornecimento de materiais e mão de obra, de acordo com as condições e especificações previstas nos Anexos I, Termo de Referência, Memorial Descritivo, Planilha de levantamento de custos estimativos, Resumo das intervenções previstas e Contrato 30/2010.</p>			VALOR R\$ 176.995,37
<p>Elemento da Despesa: 44.90.52 – Equipamentos e Material Permanente.</p>			
Processo	Empenho	Favorecido	
PO-038/10	1974	Funcional Com. para Mob. de Escrit. Ltda.	
<p><u>Objeto:</u> Aquisição, através de ata de registro de preços, de cadeiras empilháveis para público, sem braços, conforme condições e especificações constantes no Anexo I do Termo de Referência do referido pregão eletrônico.</p>			VALOR R\$ 2.500,00
<p>Elemento da Despesa: 44.90.52 – Equipamentos e Material Permanente.</p>			
Processo	Empenho	Favorecido	
PO-038/10	1975	Stacatto Com. de Móveis Ltda.	
<p><u>Objeto:</u> Aquisição, através de ata de registro de preços, de cadeiras giratórias com espaldar alto e cadeiras fixas sem braços, conforme condições e especificações constantes no Anexo I do Termo de Referência do referido pregão eletrônico.</p>			VALOR R\$ 128.300,00
<p>Elemento da Despesa: 44.90.52 – Equipamentos e Material Permanente.</p>			
Processo	Empenho	Favorecido	
PO-046/10	1978	RM de Mogi Mirim Ind. e Com. De Móveis Ltda.	
<p><u>Objeto:</u> Aquisição de estantes de aço medindo 240cmX92cmX30cm, através de ata de registro de preços, conforme condições e especificações constantes no Anexo I do Termo de Referência do referido Pregão Eletrônico.</p>			VALOR R\$ 109.010,00
<p>Elemento da Despesa: 44.90.52 – Equipamentos e Material Permanente.</p>			
Processo	Empenho	Favorecido	
PO-051/10	1979	DWA Construções Eletromecânicas Ltda.	
<p><u>Objeto:</u> Contratação de empresa para o fornecimento e instalação, na Vara do Trabalho de Castro, de plataformas elevatórias de percurso vertical, visando o atendimento de pessoas portadoras de necessidades especiais, conforme projetos arquitetônicos, Memorial Descritivo e demais elementos previstos no edital do referido Pregão Eletrônico.</p>			VALOR R\$ 115.378,89
			TOTAL: R\$ 621.854,32
			<b>Saldo não utilizado no 33.90.39: R\$ 1.065,57</b>
			<b>TOTAL DO PROGRAMA: R\$ 622.919,89</b>

#### 2.4.2.1.6 Análise da Execução Orçamentária

Do montante de R\$ 644.995.062,89, referente à despesa autorizada líquida, foi contingenciado o valor de R\$ 365.919,00 na Ação de Construção do Edifício Sede da Vara do Trabalho de Pato Branco, e foi realizado o total de R\$ 640.068.043,42, sendo que deste valor foi inscrito em restos a pagar não processados o valor de R\$ 15.192.777,86.

Restou como crédito não utilizado a importância de R\$ 4.561.100,47, sendo que deste valor, R\$ 3.632.013,76, referem-se à Contribuição Patronal da União para o Custeio do Regime Previdenciário do Servidor Público, R\$ 3.360,05 referem-se às Despesas de Capital na Ação Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho, R\$ 158.432,28 referem-se às Despesas Correntes na Ação Capacitação de Recursos Humanos da Justiça do Trabalho, R\$ 201.746,85, referem-se às Sentenças Judiciais da Administração Direta, Indireta e de Pequeno Valor, R\$ 564.481,00 referem-se à Construção do Edifício Sede da Vara do Trabalho de Pato Branco e R\$ 1.066,53 referem-se à provisão recebida do TST, sendo R\$ 0,96 de Manutenção do Sistema Integrado de Gestão Nacional e R\$ 1.065,57 de Modernização de Instalações na Justiça do Trabalho.

A despesa total realizada por tipo de orçamento (esfera) ficou assim distribuída:

- a) Orçamento Fiscal: total da despesa realizada: R\$ 535.853.621,68
- b) Orçamento da Seguridade Social: total da despesa realizada: R\$ 104.214.421,74.

#### 2.4.2.1.6.1 Despesa Realizada - Corrente e Capital

O processamento das outras despesas correntes e de capital, no montante de R\$ 61.034.865,03, sendo outras despesas correntes no total de R\$ 50.979.586,19 e despesas de capital no total de R\$ 10.055.278,84, foi realizado com observância à Lei 4.320/64 e legislação complementar, sendo, inclusive, realizados os cálculos para retenção dos impostos e contribuições federais instituídas pela Lei 9.430/96 e 9.711/98, assim como a retenção dos impostos sobre serviços para os municípios, instituída pela Lei Complementar Federal nº 116/2003.

#### 2.4.2.1.6.2 Despesa Realizada - Pessoal

A despesa referente à pessoal, no montante de R\$ 491.982.185,07, foi realizada com o pagamento de vencimentos e vantagens, auxílio funeral, exercícios anteriores, a juízes e servidores deste Tribunal, assim distribuída:

- Despesas com Pessoal Ativo: R\$ 395.372.862,07
- Despesas com Pessoal Inativo e Pensionista: R\$ 96.609.323,00

#### 2.4.2.1.6.3 Despesa Realizada – Precatórios Trabalhistas

##### 2.4.2.1.6.3.1 Administração Direta ou Órgão Extinto

Foi realizada a despesa com Precatórios Trabalhistas, relativos ao cumprimento de sentenças judiciais transitadas em julgado, devida pela União, cujo pagamento estava sob a responsabilidade deste E. TRT, no montante de R\$ 19.529.898,29, distribuídos da seguinte forma:

- Precatórios Administração Direta: R\$ 10.318.649,48
- Sentenças Judiciais de Pequeno Valor: R\$ 9.211.248,81

##### 2.4.2.1.6.3.2 Autarquias e Fundações Públicas

De acordo com a Lei de Diretrizes Orçamentárias, este Tribunal procedeu aos pagamentos dos débitos de precatórios de 2009, referentes às dotações orçamentárias das Autarquias e Fundações Públicas abaixo relacionadas e que foram descentralizadas para este Regional, no montante de R\$ 1.486.565,86:

UO: 25201 – Banco Central do Brasil . 3190.91 – Sentenças Judiciais	803.775,01
UO: 26241 – Universidade Federal do Paraná . 3190.91 – Sentenças Judiciais	77.989,44
UO: 33201 – Instituto Nacional do Seguro Social . 3190.91 – Sentenças Judiciais	502.438,74
UO: 49201 – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária . 3190.91 – Sentenças Judiciais	102.362,67
<b>TOTAL</b>	<b>1.486.565,86</b>

#### 2.4.2.1.6.4 Despesa Realizada – Encargos Patronais

De acordo com o artigo 8º e 8ºA, da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004, alterada pela Lei nº 12.350, de 20 de dezembro de 2010, Lei nº 8.212/91 e Decreto nº 3.048/99, este Tribunal procedeu aos recolhimentos das contribuições patronais destinados ao plano de seguridade social dos servidores públicos federais e para o Instituto Nacional da Seguridade Social - INSS, no montante de R\$ 66.034.529,17.

2.4.2.1.6.5 *Resumo da Execução Orçamentária por Atividades, Projetos e Operações Especiais*
**Crédito Orçamentário – Atividades**

<b>Código da Ação</b>	<b>Nome da Ação</b>	<b>Valor Orçado (*)</b>	<b>Valor Empenhado</b>	<b>Valor Liquidado</b>	<b>Valor Inscrito em RAP</b>	<b>Valor Pago</b>
2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes	7.102.660,00	7.102.660,00	7.102.660,00	0,00	7.102.660,00
2010	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados	1.507.141,00	1.507.141,00	1.490.701,33	16.439,67	1.490.701,33
2011	Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados	113.121,00	113.121,00	84.082,61	29.038,39	84.082,61
2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados	15.047.475,00	15.047.475,00	15.040.979,91	6.495,09	15.040.979,91
4091	Capacitação de Recursos Humanos	1.200.000,00	1.041.567,72	926.232,17	115.335,55	926.232,17
4224	Assistência Jurídica a Pessoas Carentes	3.276.225,00	3.276.225,00	3.276.055,38	169,62	3.276.055,38
4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	424.735.274,00	424.731.913,95	415.567.317,13	9.164.596,82	415.509.605,30

(\*) Valor incluído as suplementações e cancelamentos de dotações

**Crédito Orçamentário – Projetos**

<b>Código da Ação</b>	<b>Nome da Ação</b>	<b>Valor Orçado (*)</b>	<b>Valor Empenhado</b>	<b>Valor Liquidado</b>	<b>Valor Inscrito em RAP</b>	<b>Valor Pago</b>
1109	Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho em Pato Branco – PR	564.481,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11EX	Construção do Fórum Trabalhista de Londrina	2.650.000,00	2.650.000,00	0,00	2.650.000,00	0,00

(\*) Valor incluído as suplementações, cancelamentos de dotações e contingenciamento



**Crédito Orçamentário – Operações Especiais**

Código da Ação	Nome da Ação	Valor Orçado (*)	Valor Empenhado	Valor Liquidado	Valor Inscrito em RAP	Valor Pago
0396	Pagamento de Aposentadorias e pensões	96.609.323,00	96.609.323,00	94.498.114,35	2.111.208,65	94.498.114,35
09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência	69.292.091,00	65.660.077,24	64.995.077,24	665.000,00	64.995.077,24
0005	Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatórios) devida pela União, Autarquias e Fundações Públicas	12.006.947,00	11.805.215,34	11.805.215,34	0,00	11.805.215,34
0625	Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado de Pequeno Valor devida pela União, Autarquias e Fundações Públicas	9.211.264,00	9.211.248,81	9.211.248,81	0,00	9.211.248,81

2.4.2.1.7 Análise da Execução Financeira

2.4.2.1.7.1 Movimentação de Recursos Financeiros

Foram colocados à disposição da Unidade em 2010, recursos financeiros líquidos no montante de R\$ 530.101.406,31, que tiveram a seguinte destinação:

1) Despesas Correntes	630.012.764,58
Despesas de Capital	<u>10.055.278,84</u>
= Total das Despesas Realizadas	640.068.043,42
2) Restos a Pagar Inscritos	(15.192.777,86)
3) Outras Obrigações a Pagar em 2010	(63.296,32)
<b>= Total dos Recursos Utilizados</b>	<b>624.811.969,24</b>

a) Saldo para o próximo exercício

O saldo financeiro transferido para o exercício de 2011 é de R\$ 16.470.949,16, assim discriminado:

. Limite de Saque com Vinculação de Pagamento	13.393.407,82
. Recursos a Receber para Pagamento de Restos a Pagar	3.062.894,78
. Créditos a Receber	14.646,56
<b>. Total</b>	<b>16.470.949,16</b>

b) Correspondendo a:

- Recursos que ficarão comprometidos para o pagamento das seguintes obrigações:

. Obrigações em circulação	
. Inscrição de Restos a Pagar não processados	15.192.777,86
. Restos a Pagar não processados 2009	901.639,69
. Fornecedores a Pagar do exercício	41.988,88
. Fornecedores a Pagar de exercícios anteriores	284.047,52
. Depósitos de Diversas Origens	13.107,57
. Recursos do Tesouro Nacional	33.224,95
. Valores em Trânsito a Pagar	4.162,69
<b>Total</b>	<b>16.470.949,16</b>

#### 2.4.2.1.7.2 Análise da Execução Financeira da Despesa por Natureza de Recurso

Os recursos financeiros totais administrados por este Tribunal em 2010, considerando os valores pagos relativos a Restos a Pagar de 2007, 2008 e 2009, apresentaram o montante de R\$ 632.727.368,08, que tiveram a seguinte destinação:

NATUREZA DO RECURSO	EXECUTADO
<b>CATEGORIA "A"</b>	
Pessoal e Encargos Sociais	579.033.178,39
Menos Restos a Pagar Inscritos	(4.501.210,27)
<b>Total</b>	<b>574.531.968,12</b>
<b>CATEGORIA "C"</b>	
Outras Despesas Correntes e de Capital	61.034.865,03
Menos Restos a Pagar Inscritos	(10.691.567,59)
Menos Obrigações a Pagar	(63.296,32)
<b>Total</b>	<b>50.280.001,12</b>
<b>CATEGORIA "E"</b>	
Restos a Pagar Pagos- Não Processado	7.915.398,84
<b>Total</b>	<b>7.915.398,84</b>
<b>TOTAL (CATEGORIAS "A" + "C" + "E")</b>	<b>632.727.368,08</b>

#### 2.4.3 Indicadores Institucionais

##### 2.4.3.1 Índices de Gestão Extraídos das Demonstrações Contábeis dos Exercícios de 2009 e 2010

DISCRIMINAÇÃO	ANO: 2009 VARIACÃO (%)	ANO: 2010 VARIACÃO (%)
Índice de utilização orçamentária	98,52%	99,23%
Índice de inscrição de restos a pagar	2,06%	2,52%
Índices de despesas apropriadas sem disponibilidade financeira	Não houve	Não houve
Índice de restos a pagar inscritos e não pagos	18,53%	38,40%
Índice de despesas diretas com pessoal	87,76%	87,18%
Índice de despesas diretas com imobilizações	1,08%	1,57%

### 2.4.3.2 Análise dos Índices de Gestão – 2010

#### 2.4.3.2.1 Índice de Utilização Orçamentária

$$\frac{\text{Despesa realizada}}{\text{Despesa autorizada}} \times 100 = 99,23 \%$$

Indicador que demonstra o percentual da dotação orçamentária líquida efetivamente utilizada pelo Nono Regional. O nível de execução de despesas reflete o criterioso trabalho de elaboração da proposta orçamentária deste Tribunal. Mesmo levando-se em conta que o orçamento da Justiça do Trabalho do Paraná sofreu alterações durante o exercício de 2010, fruto da aprovação de créditos suplementares, é de se notar o montante dos dispêndios utilizados demonstrando que o orçamento anual não foi superdimensionado. A economia orçamentária apresentada deveu-se em grande parte a não utilização dos créditos orçamentários recebidos a título de Encargos Sociais, para contribuição ao Plano de Seguridade do Servidor Público, cujo montante foi de R\$ 3.632.013,76. Ainda, em observância ao Ofício Interministerial nº 282/SE/MP/MF, de 20/05/2010, e do contido no artigo 70 da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2010 (Lei nº 12.017/2009), e no Of. Circ. ASPO.CSJT.GP nº 009/2010, foi contingenciado o valor de R\$ 365.919,00. Os recursos orçamentários excedentes relativo à ação 02.122.0571.1109.0101 – Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho em Pato Branco – PR, foram oferecidos para abertura de crédito especial para suplementação de recursos para os Projetos de Construção dos Fóruns Trabalhistas de Foz do Iguaçu e Ponta Grossa, através do Projeto de Lei (PLN) nº 26/2010, restando não aprovado pelo Congresso Nacional.

#### 2.4.3.2.2 Índice de Inscrição em Restos a Pagar

$$\frac{\text{Restos a pagar inscritos}}{\text{Despesa realizada}} \times 100 = 2,52 \%$$

Índice que revela o nível de execução dos recursos orçamentários durante o exercício de 2010. Embora este Tribunal tenha por regra utilizar seus recursos orçamentários dentro do exercício de competência, a inscrição de valores em restos a pagar é resultado, principalmente, da aprovação de crédito suplementar para pagamento de passivos administrativos no final do exercício, conforme Ato Conjunto TST.CSJT.GP nº 23, de 13/12/2010, não havendo assim tempo hábil para o processamento da referida folha de pagamento, conforme determinação contida no Despacho ADG 14953/2010, embasado no art. 7º, do Ato nº 48/2010 do CSJT. Além disso, foi inscrito integralmente em restos a pagar o empenho relativo à ação 02.122.0571.11EX.0101 – Construção de Fórum Trabalhista em Londrina – PR, em virtude de cancelamento do contrato em vigor no exercício de 2010 por inexecução contratual, e a realização de nova licitação ter-se encerrado no final do exercício, não havendo, portanto, tempo hábil para continuidade da obra. Também contribui para o aumento do índice a publicação do Decreto nº 7.418 de 31/12/2011, autorizando a reinscrição da importância de R\$ 901.639,69 de Restos a Pagar do exercício de 2009, cuja validade foi prorrogada para 30/04/2011.

Convém destacar que a inscrição de valores em restos a pagar seguiu rigorosamente as disposições constantes da Lei nº 4.320/64, do Decreto nº 93.872/86 e demais normativos que regem a matéria.

#### 2.4.3.2.3 Índice de Despesas Apropriadas sem Disponibilidade Financeira

$$\frac{\text{Saldo credor da conta disponibilidade por fonte de recursos}}{\text{Total da despesa de demonstração das variações patrimoniais}} \times 100 = 0,00\% \text{ NÃO HOUVE}$$

Percentual que espelha se a Unidade possui recursos financeiros suficientes para fazer face à efetivação de despesas em geral.

No exercício de 2010, a exemplo do que se pode verificar nos exercícios anteriores, o Tribunal não comprometeu qualquer recurso orçamentário sem a existência prévia do correspondente respaldo financeiro.

#### 2.4.3.2.4 Índice de Restos a Pagar Inscritos e não Pagos

$$\frac{\text{Saldo de restos a pagar (passivo)}}{\text{Saldo de restos a pagar inscritos (ativo)}} \times 100 = 38,40\%$$

Indica o percentual de restos a pagar inscritos em exercícios anteriores e não pagos no exercício em análise (2010). Os empenhos estimativos, cuja característica peculiar é a imprevisibilidade do montante exato das despesas, são os grandes responsáveis pela existência deste índice.

O acréscimo neste índice se deve principalmente aos seguintes fatores: a) inscrição de valores relativos a encargos patronais (CPSSS), no valor de R\$ 1.500.000,00, suplementados pelo TST no final de dezembro de 2009, conforme Ato Conjunto TST.CSJT.GP nº 32, de 11 dezembro de 2009, e não pago a importância de R\$ 1.486.310,86; b) Valores Inscritos em 2007, 2008 e 2009, cujas empresas não efetivaram a prestação do serviço e tiveram seus contratos rescindidos, no montante de R\$ 1.380.799,26. c) A importância de R\$ 901.639,69, relativo a Restos a Pagar não Processados, cuja validade foi prorrogada para 30/04/2011, conforme autorizado pelo Decreto nº 7.418 de 31/12/2010, que serão pagos durante o exercício de 2011, cuja importância de R\$ 860.646,34, refere-se ao projeto 02.122.0571.1109.0101 – Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho em Pato Branco – PR, no qual a obra já está em fase de conclusão e o pagamento dar-se-á nos primeiros meses de 2011. Desconsiderando essas importâncias e considerando somente os valores não pagos relativos aos contratos estimativos com fornecedores, teríamos este índice de apenas 9,30%, que corresponde à média histórica deste Regional.

#### 2.4.3.2.5 Índice de Despesas Diretas com Pessoal

$$\frac{\text{Aplicações diretas realizadas com pessoal}}{\text{Despesas correntes e de capital}} \times 100 = 87,18\%$$

Índice que reflete o total despendido com o pagamento de pessoal no exercício em destaque. Relevante destacar que este índice obedece a todas as restrições impostas pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Mesmo com as nomeações de novos servidores em decorrência da Lei nº 11.979/2009, que ampliou o número de cargos de Analistas e Técnicos Judiciários, Cargos em Comissão e Funções Comissionadas, para este Regional, e as nomeações por vacância decorrentes de aposentadorias, o índice reduziu em relação ao exercício de 2009.

**2.4.3.2.6 Índice de Despesas Diretas com Imobilizações**

$$\frac{\text{Aplicações diretas realizadas c/ invest. e inversões}}{\text{Despesas correntes e de capital}} \times 100 = 1,57\%$$

Indica o percentual de recursos financeiros no exercício comprometidos com o pagamento direto das despesas de investimentos e inversões financeiras. Essas despesas derivaram, principalmente, de aquisições de equipamentos de informática e de obras em andamento. Os demais dispêndios dizem respeito às aquisições e substituições de equipamentos de pequeno porte, geralmente de baixa materialidade.

**3 RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS**

O Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região não registrou reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos no exercício de 2010.

**4 MOVIMENTAÇÃO E OS SALDOS DE RESTOS A PAGAR**
**Quadro XIII - Situação dos Restos a Pagar de Exercícios Anteriores**

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2010
2009	R\$ 222.777,75	R\$ 90,00	R\$ 218.771,20	3.916,55
2008	R\$ 259.882,23	R\$ 0,00	R\$ 243.678,11	16.204,12
2007	R\$ 377.868,60	R\$ 8.080,43	R\$ 100.213,24	269.574,93
2006	R\$ 45.517,32	R\$ 2.100,00	R\$ 17.003,03	26.414,29
...				
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2010
2009	R\$ 11.119.796,12	R\$ 3.064.672,66	R\$ 7.153.483,77	R\$ 901.639,69
2008	R\$ 16.798.874,19	R\$ 2.295.464,80	R\$ 14.503.409,39	-
2007	R\$ 29.731.777,59	R\$ 6.133.032,03	R\$ 23.598.745,56	-
...				

Observações: Os Restos a Pagar não processados de 2007 e 2008 foram pagos com conforme autorizado pelo Decreto n° 7.057 de 29/12/2009.

Fonte: Siafi/Sercont/  
Secof

**4.1 Análise Crítica**

Os empenhos passíveis de inscrição em Restos a Pagar foram analisados de acordo com os dispositivos legais e regulamentares pertinentes, em especial com a Lei Complementar n.º 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal); o art. 36 da Lei n.º 4.320/64; o art. 76 *caput*, do Decreto-Lei n.º 200/67; os artigos 35, 67 e 68 do Decreto n.º 93.872/86; os códigos 02.03.17 e 02.03.18 do Manual Siafi. Em 2010 a inscrição de despesas em Restos a Pagar foi disciplinada ainda pela regra contida no art. 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal, que veda ao titular de Poder ou Órgão contrair obrigações a serem pagas no exercício seguinte sem que haja disponibilidade de caixa.

O Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa, em 31 de dezembro de 2010, exigido pelo art. 55, III, da Lei Complementar n.º 101/2000, integrou o Relatório de Gestão Fiscal do TRT 9ª Região, aprovado pela Portaria JP n.º 10, de 21/01/2011, publicada no Diário Oficial da União

(DOU) Nº 19, de 27 de janeiro de 2011, Seção 1, pág. 156 e 157. Nesse Demonstrativo está registrada uma disponibilidade de caixa líquida de R\$ 16.094.417,55, já deduzidos os encargos compromissados, conforme determina o parágrafo único do art. 42 da Lei Complementar citada. Os Restos a Pagar Não Processados somaram R\$ 16.094.417,55, incluindo despesas discricionárias e não discricionárias, sendo R\$ 15.192.777,86 referentes ao exercício de 2010 e R\$ 901.639,69 correspondentes à reinscrição de Restos a Pagar do exercício de 2009, cuja validade foi prorrogada para 30/04/2011, conforme autorizado pelo Decreto nº 7.418 de 31/12/2010. As despesas já liquidadas (Restos a Pagar Processados) importaram em R\$ 376.531,61. O procedimento automático de inscrição em Restos a Pagar ocorreu no dia 10 de janeiro de 2011, com valorização em 31 de dezembro de 2010. Após aquela data e realizada a análise dos Restos a Pagar inscritos, já no balancete de 2010, verificamos que todos os empenhos a liquidar foram devidamente inscritos.

## 5 RECURSOS HUMANOS DA UNIDADE

### 5.1 Composição do quadro de servidores ativos

**Quadro XIV - Composição do Quadro de Recursos Humanos - Situação apurada em 31/12/2010**

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos em 2010	Egressos em 2010
	Autorizada	Efetiva		
<b>1 Provimento de cargo efetivo</b>	<b>2459</b>	<b>2760</b>	<b>315</b>	<b>86</b>
<b>1.1 Membros de poder e agentes políticos</b>	<b>200</b>	<b>197</b>	<b>8</b>	<b>7</b>
<b>1.2 Servidores de Carreira</b>	<b>2259</b>	<b>2353</b>	<b>291</b>	<b>79</b>
1.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	2259	2220	246	73
1.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado	*	-	-	-
1.2.3 Servidor de carreira em exercício provisório	*	8	1	0
1.2.4 Servidor requisitado de outros órgãos e esferas	*	125	44	6
<b>1.3 Servidores com Contratos Temporários</b>	*	-	-	-
<b>1.4 Servidores Cedidos ou em Licença</b>	*	<b>210</b>	<b>16</b>	<b>0</b>
1.4.1 Cedidos	*	26	0	0
1.4.2 Removidos	*	116	14	0
1.4.3 Licença remunerada	*	58	0	0
1.4.4 Licença não remunerada	*	10	2	0
<b>2 Provimento de cargo em comissão</b>	<b>1682</b>	<b>1655</b>	<b>2787</b>	<b>2584</b>
<b>2.1 Cargos Natureza Especial</b>	*	-	-	-
<b>2.2 Grupo Direção e Assessoramento superior</b>	<b>297</b>	<b>297</b>	<b>120</b>	<b>124</b>
2.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão		283	110	115
2.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado	*	-	-	-
2.2.3 Servidor de outros órgãos e esferas	**	4	2	2
2.2.4 Sem vínculo	**	10	8	7
2.2.5 Aposentado	*	-	-	-
<b>2.3 Funções gratificadas</b>	<b>1385</b>	<b>1358</b>	<b>2667</b>	<b>2460</b>
2.3.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão		1281	2490	2304
2.3.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado	*	-	-	-
2.3.3 Servidor de outros órgãos e esferas	***	77	177	156
<b>3 Total</b>	<b>4141</b>	<b>4415</b>	<b>3102</b>	<b>2670</b>

**LEGENDA**

\* Não há previsão legal

\*\* De acordo com o parágrafo 7º do art.5º da Lei 11.416/06, até 50% dos cargos em comissão poderão ser destinados a servidores que não fazem parte integrante do quadro de pessoal de cada órgão do Poder Judiciário.

\*\*\* De acordo com o parágrafo 1º do art.5º da Lei 11.416/06, até 20% do total das funções comissionadas poderão ser exercidas por servidores ocupantes de cargos de provimento efetivo que não integrem as carreiras dos Quadros de Pessoal do Poder Judiciário da União ou que sejam titulares de empregos públicos, observados os requisitos de qualificação e de experiência previstos em regulamento.

**Observações:**

- Item 1.2.1 foram considerados somente os servidores do quadro que se encontram em efetivo exercício

- Itens 1.2.3 e 1.2.4 foram considerados os servidores de outros órgãos que estão em exercício neste TRT.

- Ingressos em 2010 – foi considerado todos os ingressos que ocorreram durante o exercício de 2010. Ex.: FC consideramos cada inclusão de determinada FC de rodízio.

- O total de FCs/CJs ocupadas e vagas neste TRT é 1682 e, em 31/12/2010 havia 1655 ocupadas e 27 vagas

Fonte: Secretaria de Pessoal

**Quadro XV - Composição do Quadro de Recursos Humanos por Faixa Etária - Situação apurada em 31/12/2010**

Tipologias do Cargo	Faixa Etária (anos)				
	Até 30	De 31 a 40	De 41 a 50	De 51 a 60	Acima de 60
<b>1.Provimento de cargo efetivo</b>	<b>433</b>	<b>734</b>	<b>856</b>	<b>353</b>	<b>42</b>
1.1. Membros de poder e agentes políticos	9	68	82	33	5
1.2. Servidores de Carreira	421	653	761	313	37
1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-
1.4. Servidores Cedidos ou em Licença	3	13	13	7	0
<b>2.Provimento de cargo em comissão</b>	<b>280</b>	<b>504</b>	<b>623</b>	<b>223</b>	<b>24</b>
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	19	79	166	28	4
2.3. Funções gratificadas	261	425	457	195	20

**Observações:**

- Item 1.2 foram considerados todos os servidores do quadro que estão lotados neste TRT

- Item 1.4 foram considerados os cedidos para outros órgãos + em licença sem vencimentos

- Item 2.2 foram considerados todos os cargos em comissão

Fonte: Secretaria de Pessoal

**Quadro XVI - Composição do Quadro de Recursos Humanos por Nível de Escolaridade - Situação apurada em 31/12/2010**

Tipologias do Cargo	Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
<b>1. Provimento de cargo efetivo</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>32</b>	<b>308</b>	<b>975</b>	<b>1034</b>	<b>63</b>	<b>5</b>
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0	0	132	43	17	5
1.2. Servidores de Carreira	0	0	1	31	286	783	923	45	0
1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.4. Servidores Cedidos ou em Licença	0	0	0	1	22	60	68	1	0
<b>2. Provimento de cargo em comissão</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>16</b>	<b>224</b>	<b>607</b>	<b>766</b>	<b>39</b>	<b>2</b>
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	0	0	1	4	112	161	18	0
2.3. Funções gratificadas	0	0	0	15	220	495	605	21	2

**LEGENDA**
**Nível de Escolaridade**

1 – Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 – Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 – Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 - Doutorado; 10 – Não Classificada.

Fonte: Secretaria de Pessoal

**5.2 Composição do quadro de servidores inativos e pensionistas**

**Quadro XVII - Composição do Quadro De Servidores Inativos - Situação apurada em 31/12/2010**

Regime de proventos / Regime de aposentadoria	Quantitativo de Servidores	Aposentadorias em 2010
<b>1 Integral</b>	165	20
1.1 Voluntária	114	18
1.2 Compulsório	1	0
1.3 Invalidez Permanente	50	2
1.4 Outras	0	0
<b>2 Proporcional</b>	143	3
2.1 Voluntária	128	1
2.2 Compulsório	0	0
2.3 Invalidez Permanente	15	2
2.4 Outras	0	0

Fonte: Secretaria de Pessoal

**Quadro XVIII - Composição do Quadro de Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12/2010**

Regime de proventos originário do servidor	Quantitativo de Beneficiários	Pensões concedidas em 2010
<b>1. Integral</b>	40	3
<b>2. Proporcional</b>	20	0

Fonte: Secretaria de Pessoal

**5.3 Composição do quadro de estagiários**

**Quadro XIX - Composição do Quadro de Estagiários**

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Custo do exercício (Valores em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
<b>Nível superior</b>	169	177	183	186	1.470.648,74
• Área Fim	154	161	170	163	1.349.976,99
• Área Meio	15	16	13	23	120.671,75
<b>Nível Médio</b>					
• Área Fim					
• Área Meio					

Fonte: Secretaria de Pessoal

**5.4 Custos associados à manutenção dos recursos humanos**

**Quadro XX - Custos de Recursos Humanos nos Exercícios de 2008, 2009 e 2010**

Valores em R\$ 1,00

Tipologias / Exercícios	Vencimentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis						Total
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e previdenciários	Demais despesas variáveis	
<b>Membros de poder e agentes políticos</b>								
2008	44.195.775,94	731.316,62	3.752.582,19	2.498.831,81	946.531,95	857.293,86	-	52.982.332,37



2009	47.362.328,05	789.399,03	4.129.650,53	2.609.664,81	1.205.944,27	1.161.585,07	-	57.258.571,76
2010	53.591.175,09	940.176,21	4.570.064,77	3.016.007,66	1.600.361,91	1.517.997,65	67.716,91	65.303.500,20
<b>Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão</b>								
2008	165.320.355,37	33.898.512,69	18.770.021,80	8.413.928,38	2.933.514,12	15.817.576,30	253.246,73	245.407.155,39
2009	187.015.019,68	41.540.127,80	19.793.665,60	14.829.901,86	2.861.651,75	20.380.126,77	569.680,39	286.990.173,85
2010	197.881.880,59	49.890.864,86	20.968.695,57	16.263.774,91	3.051.341,36	22.208.308,18	350.727,29	310.615.592,76
<b>Servidores com Contratos Temporários</b>								
2008	-	-	-	-	-	-	-	-
2009	-	-	-	-	-	-	-	-
2010	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Servidores Cedidos com ônus ou em Licença</b>								
2008	3.601.009,88	10.030,63	328.228,08	169.951,12	-	190.883,17	-	4.300.102,88
2009	4.003.230,49	26.789,59	356.122,51	227.403,54	600,00	229.781,93	-	4.843.928,06
2010	5.482.375,96	-	980.005,48	345.453,68	-	447.679,76	-	7.255.514,88
<b>Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial</b>								
2008	-	-	-	-	-	-	-	-
2009	-	-	-	-	-	-	-	-
2010	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior</b>								
2008	-	940.697,94	86.793,27	11.675,56	1.877,60	73.033,10	26.575,39	1.140.652,86
2009	-	868.081,21	73.506,16	12.972,84	3.737,60	76.716,46	93.845,45	1.128.859,72
2010	-	960.378,51	80.907,59	16.036,72	14.355,16	78.797,16	37.629,83	1.188.104,97
<b>Servidores ocupantes de Funções gratificadas</b>								
2008	-	635.190,38	59.588,95	13.101,69	105.049,01	125.155,41	-	938.085,44
2009	-	1.066.577,54	91.135,44	33.435,35	162.099,42	237.258,49	-	1.590.506,24
2010	-	1.767.210,04	146.994,34	43.907,56	279.118,50	294.106,49	-	2.531.336,93

Fonte: Secretaria de Pessoal

### 5.5 Locação de mão de obra mediante contratos de prestação de serviços

#### Quadro XXI - Contratos de Prestação de Serviços de Limpeza e Higiene e Vigilância Ostensiva

Unidade Contratante													
Nome: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO													
UG/Gestão: 080012							CNPJ: 03.141.166/0001-16						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	N.º at.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2006	V	O	CT 56/2006	79.318.911/0001-11	17-10-06	16-10-11	4	4	0	0	0	0	P
2007	V	O	CT 31/2007	02.601.159.0001-97	15-06-07	14-06-11	1	1	0	0	0	0	P
2007	L	O	CT 50/2007	06.156.739/0001-73	20-11-07	19-03-11	146	146	0	0	0	0	P
2008	V	O	CT 44/2008	02.601.159/0001-97	06-06-08	05-06-11	2	2	0	0	0	0	P
2008	V	O	CT 48/2008	05.338.024/0001/79	19-08-08	17-08-10	1	1	0	0	0	0	E
2009	L	O	CT 32/2009	06.156.739/0001-73	05-03-09	04-03-11	35	35	0	0	0	0	P
2009	V	O	CT 114/2009	02.601.159/0001-97	17-12-09	16-12-11	4	4	0	0	0	0	P
2010	V	O	CT 19/2010	02.601.159/0001-97	12-03-10	31-01-11	1	1	0	0	0	0	E
2010	V	O	CT 46/2010	02.601.159/0001-97	06-06-10	05-08-10	1	1	0	0	0	0	E
2010	V	O	CT 49/2010	02.601.159/0001-97	06-08-10	05-10-10	1	1	0	0	0	0	E
2010	V	O	CT 66/2010	02.601.159/0001-97	06-10-10	31-01-10	1	1	0	0	0	0	E

**Observação:**

**LEGENDA**

**Área:** (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.

**Natureza:** (O) Ordinária; (E) Emergencial.

**Nível de Escolaridade:** (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

**Situação do Contrato:** (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

**Quantidade de trabalhadores:** (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: Seção de Contratos da Assessoria de Licitações e Contratos

**Quadro XXII - Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão de Obra**

Unidade Contratante													
Nome: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO													
UG/Gestão: 080012						CNPJ: 03.141.166/0001-16							
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2007	3	O	CT 50/2007	06.156.739/0001-73	20-11-07	19-03-11	32	32					P
2009	3	O	CT 33/2009	06.156.739/0001-73	05-03-09	04-03-10	28	28					P
2009	1	O	CT 35/2009	11.017.341/0001-96	06-03-09	05-03-11	12	12					P
2009	1	O	CT 38/2009	11.017.341/0001-96	23-03-09	22-03-11	2	2					P
2009	1	O	CT 49/2009	11.017.341/0001-96	15-05-09	31-01-10	1	1					E
2009	1	O	CT 55/2009	82.411.885/0001-86	30-06-09	29-06-11	9	9					P
2009	1	O	CT 59/2009	06.280.337/0001-86	07-07-09	06-07-10	7	7					E
2009	1	O	CT 64/2009	11.017.341/0001-96	10-08-09	09-08-11	2	2					P
2009	1	O	CT 85/2009	11.017.341/0001-96	17-10-09	31-01-11	1	1					E
2009	1	O	CT 115/2009	03.116.865/0001-06	08-12-09	31-1-11	8	8					E
2010	1	O	CT 17/2010	10.858.713/0001-44	07-04-10	22-06-10			3	3			E
2010	1	O	CT 50/2010	09.232.169/0001-41	03-08-10	05-04-11			3	3			A

**Observação:**
**LEGENDA**
**Área:**

1. Apoio Administrativo Técnico e Operacional;
2. Manutenção e Conservação de Bens Imóveis
3. Serviços de Copa e Cozinha;
4. Manutenção e conservação de Bens Móveis;
5. Serviços de Brigada de Incêndio;
6. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes;
7. Outras.

**Natureza:** (O) Ordinária; (E) Emergencial.

**Nível de Escolaridade:** (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

**Situação do Contrato:** (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

**Quantidade de trabalhadores:** (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: Seção de Contratos da Assessoria de Licitações e Contratos

**Quadro XXIII - Distribuição do Pessoal Contratado mediante Contrato de Prestação de Serviço com Locação de Mão de Obra**

Identificação do Contrato	Área	Qtd.	Unidade Administrativa
CT 56/2006	8	4	Secretaria Administrativa
CT 31/2007	8	1	Secretaria Administrativa
CT 50/2007	7	146	Secretaria Administrativa
CT 44/2008	8	2	Secretaria Administrativa
CT 32/2009	7	35	Secretaria Administrativa

CT 114/2009	8	4	Secretaria Administrativa
CT 50/2007	3	32	Secretaria Administrativa
CT 33/2009	3	28	Secretaria Administrativa
CT 35/2009	1	12	Secretaria Administrativa
CT 38/2009	1	2	Secretaria Administrativa
CT 55/2009	1	9	Secretaria Administrativa
CT 59/2009	1	7	Secretaria Administrativa
CT 64/2009	1	2	Secretaria Administrativa
CT 85/2009	1	1	Secretaria Administrativa
CT 115/2009	1	8	Secretaria Administrativa
CT 50/2010	1	3	Secretaria de Gestão de Pessoas

**LEGENDA**
**Área:**

- |  |   |
|--|---|
| 1. Apoio Administrativo Técnico e Operacional; | 5. Serviços de Brigada de Incêndio;             |
| 2. Manutenção e Conservação de Bens Imóveis;   | 6. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes; |
| 3. Serviços de Copa e Cozinha;                 | 7. Higiene e Limpeza;                           |
| 4. Manutenção e conservação de Bens Móveis;    | 8. Vigilância Ostensiva;                        |
|  | 9. Outras.                                      |

Fonte: Seção de Contratos da Assessoria de Licitações e Contratos

## 5.6 Indicadores gerenciais sobre recursos humanos

Este Regional efetua levantamento estatístico relativo ao absenteísmo, acidente de trabalho e doenças ocupacionais, não sendo, contudo, aplicado qualquer indicador gerencial sobre recursos humanos. Informamos, assim, que o número totalizado de absenteísmo neste TRT, em 2010, foi de 2.204 dias, considerando-se todos os tipos de licenças que dizem respeito à saúde do servidor e familiares.

Quanto aos acidentes de trabalho por doença de trabalho, há apenas o registro de 1 (um) caso configurado.

Com relação à rotatividade (*turnover*), satisfação e motivação, disciplina, níveis salariais e demandas trabalhistas, esta Corte não possui dados estatísticos.

No que pertine ao desempenho funcional, este TRT possui sistemática de avaliação com periodicidade de 6 meses durante o estágio probatório. Anualmente, os demais servidores sofrem igual avaliação quando da realização de processo de progressão e promoção funcionais.

Em relação à educação continuada, a Escola Judicial desta unidade jurisdicionada visa ao aprimoramento qualitativo e ampliação quantitativa das ações voltadas à formação e o aperfeiçoamento contínuo dos magistrados e capacitação de servidores, sempre tendo por ênfase a implementação a níveis elevados a eficiência na prestação jurisdicional e suas atividades de apoio, o Plano Anual de Atividades tem contemplado múltiplas iniciativas, tais como:

- i.* Elaborar e executar o programa de formação inicial e de educação continuada, visando à capacitação de servidores vinculados às áreas administrativa e judiciária;
- ii.* Promoção de estudos e difusão de conhecimento sobre gestão do Judiciário, com fim de racionalizar, simplificar e padronizar os procedimentos judiciais e administrativos;
- iii.* Colaboração com a Comissão de Vitaliciedade, na oferta de cursos de formação inicial, apoio aos Juízes orientadores, acompanhamento das atividades formativas e avaliação dos Juízes Substitutos.

No âmbito da Escola Judicial do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, a Educação à Distância, como modalidade de ensino, vem de ser implementada. A experiência que teve como início o Projeto Piloto em Direito Processual do Trabalho, a partir de 2006, em 2010 consolidou sua

utilização, passando a influenciar a cultura da instituição ao beneficiar aproximadamente 1500 servidores capacitados por ações de treinamento oferecida na modalidade didático-pedagógica. O Ambiente Virtual de Aprendizagem *Moodle* disponibilizado pelo CSJT foi a ferramenta tecnológica utilizada para a produção dos cursos: Revisão Gramatical de Língua Portuguesa, desdobrado em seis minicursos; Gestão de Processos e Gestão de Pessoas (para o cumprimento integral das Metas 6/2009 e Metas Prioritárias 5 e 8/2010 do Conselho Nacional de Justiça); O Acesso à Prova e o Pleno Exercício das Potencialidades do Processo, para magistrados. O Programa de Desenvolvimento Gerencial prescrito pela Lei 11.416/2006, organizado para 2010, fez eco à designação da Escola Judicial para cumprimento de Metas Prioritárias do CNJ, para além da interlocução com a ENAMAT no que refere à aproximação entre magistrados e o Curso oferecido para aperfeiçoamento na gestão de processos e de pessoas.

Em observância a todos os quadros dos cursos realizados no decorrer de 2010 – cursos internos, cursos externos, cursos obtidos pela Comissão Interinstitucional – houve crescimento exponencial da concessão do adicional de qualificação da Lei 11.416/2006, que vem alcançando suas finalidades, isto é, a integração dos interesses de estudo e atualização do servidor com os do Judiciário Trabalhista e especificamente do TRT 9ª Região.

O Quadro que segue declina o quantitativo de cursos ofertados, público atingido e carga horária total:

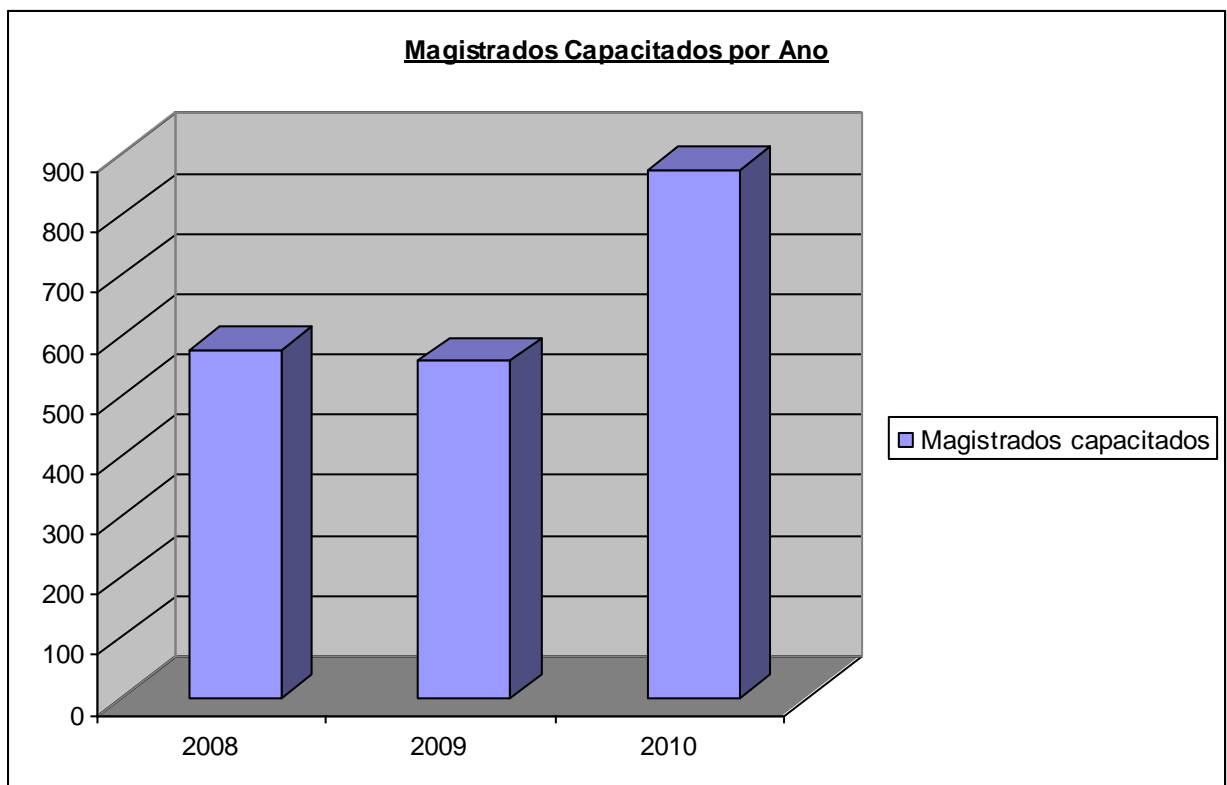
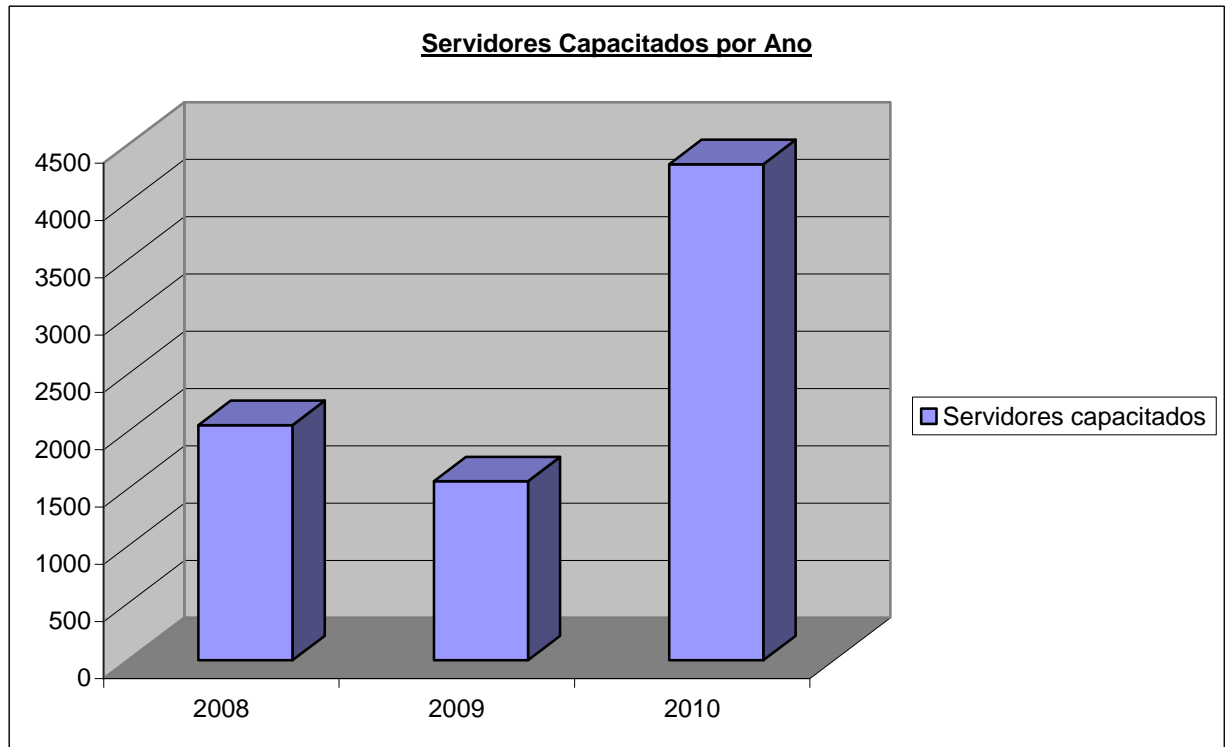
<b>AÇÕES FORMATIVAS E DE CAPACITAÇÃO</b>					
	<b>Cursos Oferecidos</b>	<b>Nº Servidores</b>	<b>Nº Magistrados</b>	<b>Carga Horária Total Servidores</b>	<b>Carga Horária Total Magistrados</b>
<b>Cursos Externos e Eventos Interinstitucionais</b>	<b>105</b>	516	284	8045	4970
<b>Cursos Internos</b>	<b>57</b>	3721	581	60999	4961:30
<b>TOTAL</b>	<b>162</b>	<b>4237</b>	<b>865</b>	<b>69044</b>	<b>9931:30</b>

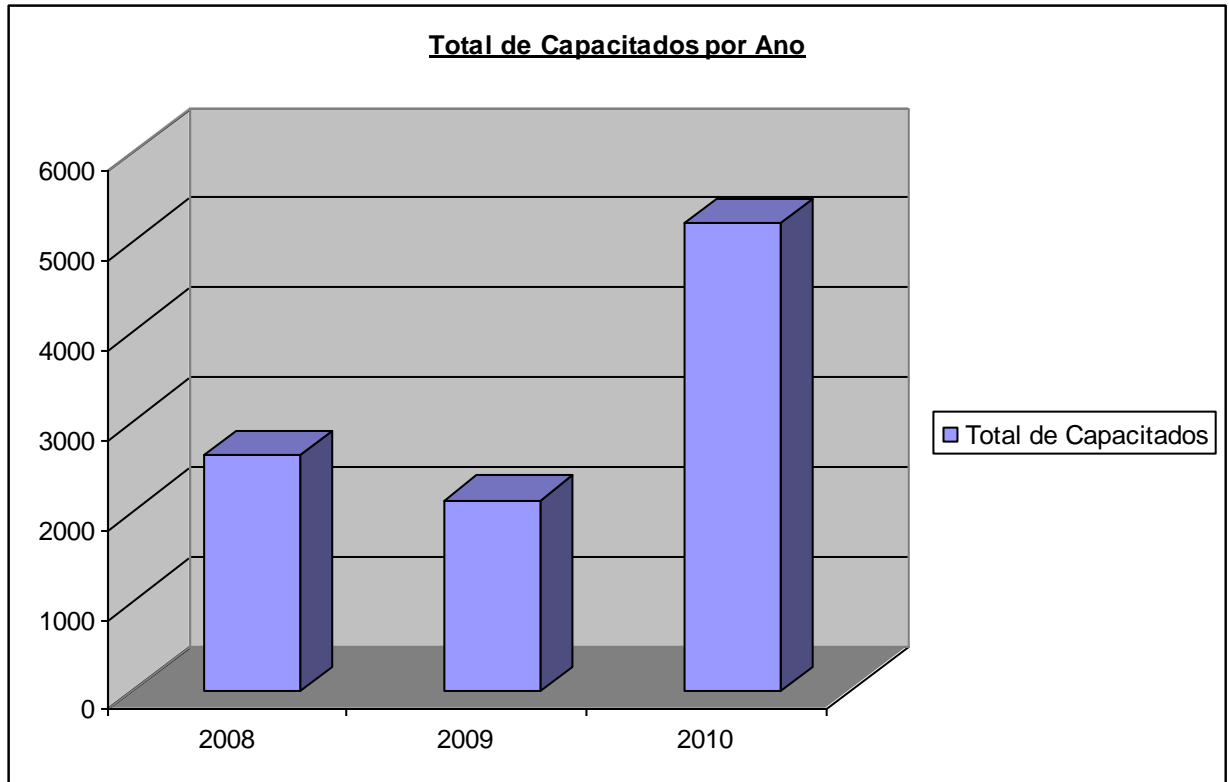
	<b>Nº Médio Horas/Servidor</b>	<b>Nº Médio Horas/Magistrado</b>
<b>Cursos Externos e Eventos Interinstitucionais</b>	15:35:24	17:30
<b>Cursos Internos</b>	16:23:24	8:30
<b>Média de Horas de Capacitação por Participante em 2010</b>	<b>31:58:48</b>	<b>26:00</b>

Por fim, o Gráfico comparativo entre o ano de 2010 e biênio anterior, demonstra o ganho nas ações de capacitação e formação continuada:

	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>
<b>Atividades</b>	124	116	166

	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>
Servidores capacitados	2053	1563	4330
Magistrados capacitados	575	558	874
<b>Total de Capacitados</b>	<b>2628</b>	<b>2121</b>	<b>5204</b>





## 6 TRANSFERÊNCIAS DA UJ

O Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região não tem a prática de firmar convênios, acordos e instrumentos congêneres com a previsão de repasse de recursos para a sua execução.

### 6.1 Acordos de Cooperação Técnica

O TRT da 9ª Região mantém acordos de cooperação técnica com Instituições Financeiras Públicas Federais. O objetivo destes acordos é a modernização e melhoria da prestação jurisdicional aos usuários dos serviços forenses. Na maior parte dessas parcerias, estão previstas: ações de treinamento de servidores, aluguel de imóveis para uso do Tribunal, reforma de imóveis, aquisição e manutenção de software, aquisição de equipamentos e serviços de tecnologia, aquisição de móveis, utensílios, veículos diversos, máquinas, equipamentos, imóveis, construção de imóveis, e outros materiais permanentes. Os recursos provenientes destes acordos de cooperação técnica não são repassados ao TRT 9ª Região, sendo que os valores são liberados diretamente pela instituição financeira aos fornecedores. Todo o processo de contratação para o fornecimento de bens e serviços, é realizado pelo TRT 9ª Região, cabendo à instituição financeira, mediante os documentos apresentados por este Tribunal, realizar o pagamento dos fornecedores, as retenções e os recolhimentos dos impostos e contribuições de acordo com a legislação em vigor. Os valores estipulados para os contratos estão devidamente contabilizados no Siafi, através da conta 19971.08.04 – Termos/Acordos para Fornecimento de Bens sem Orçamento, conforme determinado pela Divisão de Contabilidade do TST, a qual apresentou o seguinte saldo em 31/12/2010:

Órgão: Caixa Econômica Federal	
Conta Corrente Contábil	Valor Total
00360305000104	R\$ 7.334.743,46

<b>Órgão: Banco do Brasil S/A</b>	
<b>Conta Corrente Contábil</b>	<b>Valor Total</b>
00000000000191	R\$ 704.789,88
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 8.039.533,34</b>

Fonte: Siafi

O quadro a seguir identifica os acordos de cooperação técnica vigentes no final do exercício de 2010.

<b>Órgão: Caixa Econômica Federal</b>				
<b>Nº Contrato</b>	<b>Vigência</b>	<b>Valor Total</b>	<b>Valor Total Aplicado</b>	<b>Valor Aplicado em 2010</b>
<b>017/2010</b>	12/11/2010 a 11/11/2015	7.715.707,18	380.963,72	380.963,72
...				
<b>Órgão: Banco do Brasil S/A</b>				
<b>Nº Contrato</b>	<b>Vigência</b>	<b>Valor Total</b>	<b>Valor Total Aplicado</b>	<b>Valor Aplicado em 2010</b>
<b>016/2010</b>	28/10/2010 a 27/10/2015	2.144.578,80	1.439.788,92	1.439.788,92
...				

## **7 DECLARAÇÃO DA ÁREA RESPONSÁVEL REFERENTES A CONTRATOS E CONVÊNIOS**

### **ASSESSORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

#### **DECLARAÇÃO**

Certifico que, no exercício de 2010, não ocorreu formalização de convênio que envolvesse transferência de recursos oriundos do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social da União, portanto, à luz do disposto no inciso I, do §1º, do art. 1º do Decreto 6.170/2007, entendo não se configurar a necessidade de registro de informações no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV.

Certifico que foram disponibilizados no Sistema de Administração de Serviços Gerais – SIASG os contratos firmados durante o exercício de 2010.

Em 30 de março de 2011.

**HILMA MARIA WIELEWSKI**  
Assessora de Licitações e Contratos

## 8 CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES ESTABELECIDAS NA LEI Nº 8.730, DE 10 DE NOVEMBRO DE 1993

Em relação ao cumprimento da Lei 8.730/99 e IN TCU nº 05/94, que determinam a obrigatoriedade de entrega da Declaração de Bens e Rendas por servidores e magistrados, temos a informar que neste Regional foi estabelecido o prazo de 15/5/2010 para o recebimento eletrônico dos respectivos documentos referentes ao exercício 2010/ano-base 2009. Posteriormente ao prazo determinado internamente, eventuais pendências foram saneadas, dando-se por satisfeita a exigência legal.

## 9 FUNCIONAMENTO DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO DA UJ

### Quadro XXIV - Estrutura de Controles Internos da UJ

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
	1	2	3	4	5
<b>Ambiente de Controle</b>					
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.			X		
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.	X				
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				X	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.	X				
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				X	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.					X
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.					X
<b>Avaliação de Risco</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.	X				
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.			X		
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.			X		
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.			X		
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.			X		
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.			X		
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
<b>Procedimentos de Controle</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.					X
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				X	



Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.				X	
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.				X	
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.			X		
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					X
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				X	
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				X	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				X	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				X	
<p>Considerações gerais:</p> <p>Para a análise e avaliação das afirmativas, reuniram-se representantes das áreas estratégicas desta unidade (SEPEGE - Secretaria de Planejamento Estratégico, Gestão e Estatística, SGP – Secretaria-Geral da Presidência, DG – Direção Geral, SCI – Secretaria de Controle Interno e ODESP – Ordenadoria da Despesa). A metodologia utilizada e as características relativas aos aspectos do sistema de controle interno podem ser descritas:</p> <p>a) <u>quanto ao ambiente de controle</u>: é adequado dentro das atuais condições da instituição, os mecanismos gerais de controle são percebidos mais em relação à área administrativa, as ferramentas de comunicação existem mas ainda remanescem dificuldades na disseminação de seu uso, não há código de ética formalizado e os procedimentos referentes aos processos administrativos estão padronizados e formalizados, embora não existam mecanismos que garantam ou incentivem a participação da força de trabalho dos diversos níveis da estrutura administrativa na confecção e elaboração dos procedimentos, instruções operacionais ou código de ética ou de conduta. As delegações de autoridade e de competência foram consideradas em relação às áreas administrativas onde existe adequada segregação de funções e os controles internos adotados, embora não totalmente abrangentes, contribuem para consecução dos resultados planejados por esta UJ;</p> <p>b) <u>quanto à avaliação de riscos</u>: os objetivos e metas estão formalizados pela Resolução Administrativa nº 23/2010, do Tribunal Pleno. Embora não haja clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade, foi contratada empresa especializada para auxiliar na implementação após o que, se objetiva adotar de forma institucional e técnica o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los estando, por consequência, momentaneamente prejudicada a definição de níveis de riscos operacionais, a avaliação e a priorização no tratamento dos mesmos. Não há como mensurar o histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade, embora seja prática desta UJ instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos, na eventualidade de que ocorram. Para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade, é aplicada genericamente a Instrução SEDAP 205/1998 e demais regulamentos internos esparsos.</p> <p>c) <u>quanto aos procedimentos de controle</u>: as políticas e ações para prevenir ou detectar os riscos e diminuí-los a fim de alcançar os objetivos da UJ são claramente estabelecidas com base nos processos da área administrativa: licitatórios, concessão de aposentadoria, aquisição e gestão de pessoas, etc. As atividades de controle, quando e onde adotadas, são apropriadas e de custo apropriado aos benefícios que dela derivam e abrangentes e razoáveis e direcionadas aos objetivos planejados.</p> <p>d) <u>quanto à informação e comunicação</u>: estão sendo desenvolvidos mecanismos adequados para possibilitar a troca de informações entre as unidades internas a fim de otimizar as atividades dos setores direcionadas ao atendimento dos objetivos e metas da UJ.</p> <p>e) <u>quanto aos aspectos do sistema de controle interno</u>: As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas sob o enfoque que a qualidade da informação dá-se em relação àquela que é levada ao conhecimento do gestor. No que diz respeito à informação propriamente dita, que é levada ao conhecimento do gestor, tem-se que é apropriada, tempestiva, atual, precisa e</p>					

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação
<p>acessível, atendendo, mesmo que parcialmente por falta de mecanismos adequados, às expectativas dos diversos grupos e indivíduos que compõem a UJ. A comunicação das informações dentro da UJ passam pela alta administração, conforme a necessidade e dentro das atribuições de cada autoridade para as demais, sendo que todos os atos são publicados.</p> <p>f) <u>quanto ao monitoramento</u>: ainda que cada unidade e área dentro da UJ tenha o seu auto controle, o sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado pelo CNJ – Conselho Nacional de Justiça, CSJT - Conselho Superior da Justiça do Trabalho, TST – Secretaria de Controle, TCU – Tribunal de Contas da União – SECEX-PR, através da expedição de atos normativos padronizados e das atividades de auditoria, com o objetivo de atestar sua validade e qualidade e, com as respectivas recomendações e padronização de procedimentos, contribuir para a melhora do desempenho do sistema de controle interno da UJ.</p>	
<p><b>LEGENDA</b></p> <p><b>Níveis de Avaliação:</b></p> <p>(1) <b>Totalmente inválida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.</p> <p>(2) <b>Parcialmente inválida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.</p> <p>(3) <b>Neutra:</b> Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.</p> <p>(4) <b>Parcialmente válida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.</p> <p>(5) <b>Totalmente válido.</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.</p>	

## 10 ADOÇÃO DE CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL NA AQUISIÇÃO DE BENS, MATERIAIS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI) E NA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS OU OBRAS

Ref.: Instrução Normativa nº 1/2010; Portaria nº 2/2010, ambas da SLTI/MPOG e Decreto nº 5.940/2006.

### Quadro XXV - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
<p><b>Licitações Sustentáveis</b></p> <p>1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?</li> </ul>	X				
<p>2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.</p>			X		
<p>3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).</p>	X				
<p>4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?</li> </ul>	X				
<p>5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas).</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?</li> </ul> <p>R: Considerando que há vários anos o TRT adquire lâmpadas econômicas, não foram feitos estudos para mensurar o impacto causado na economia de energia</p>					X
<p>6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado).</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?</li> </ul>					X

R: papel reciclado, formato A4.					
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. • Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?			X		
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). • Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?	X				
9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.					X
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.			X		
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.				X	
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. • Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)? R: Meta 6 do CNJ: campanha oficial “Pare e Pense”					X
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. • Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)? R: Meta 6 do CNJ: campanha oficial “Pare e Pense”					X
<b>Considerações Gerais:</b> Respostas preenchidas por um servidor da Seção de Contratos e pelo titular da Assessoria de Licitações e Contratos					
<b>LEGENDA</b>					
<b>Níveis de Avaliação:</b>					
(1) <b>Totalmente inválida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.					
(2) <b>Parcialmente inválida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) <b>Neutra:</b> Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) <b>Parcialmente válida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) <b>Totalmente válida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

**11 GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO DE RESPONSABILIDADE DA UJ**

**Quadro XXVI - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União**

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2009	EXERCÍCIO 2010
BRASIL	Paraná		
	Apucarana	01	01
	Arapongas	01	01
	Assis Chateaubriand	01	01
	Bandeirantes	01	01
	Cambé	01	01

Campo Mourão	01	01	
Cascavel	01	01	
Castro	01	01	
Cianorte	01	01	
Colombo	01	01	
Cornélio Procopio	01	01	
Curitiba	03	03	
Foz do Iguaçu	01	01	
Francisco Beltrão	01	01	
Guarapuava	01	01	
Irati	01	01	
Ivaiporã	01	01	
Jacarezinho	01	01	
Jaguariaíva	01	01	
Laranjeiras do Sul	01	01	
Londrina	02	02	
Marechal Cândido Rondon	01	01	
Maringá	02	02	
Nova Esperança	01	01	
Paranavaí	01	01	
Pato Branco	01	01	
Pinhais	01	01	
Rolândia	01	01	
Santo Antônio da Platina	01	01	
Telêmaco Borba	01	01	
Toledo	01	01	
Umuarama	01	01	
União da Vitória	01	01	
Wenceslau Braz	01	01	
<b>Subtotal Brasil</b>	<b>38</b>	<b>38</b>	
<b>EXTERIOR</b>	<b>PAÍS 1</b>		
	cidade 1	-	-
	cidade 2	-	-
	cidade "n"	-	-
	<b>PAÍS "n"</b>		
	cidade 1	-	-
	cidade 2	-	-
cidade "n"	-	-	
<b>Subtotal Exterior</b>	<b>00</b>	<b>00</b>	
<b>Total (Brasil + Exterior)</b>	<b>38</b>	<b>38</b>	

Fonte: Secretaria Administrativa

**Quadro XXVII - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros**

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS PELA UJ	
		EXERCÍCIO 2009	EXERCÍCIO 2010
<b>BRASIL</b>	<b>Paraná</b>		
	Curitiba	01	01
	Foz do Iguaçu	01	02
	Rio Negro	-	01
	São José dos Pinhais	01	01
	Telêmaco Borba	-	01
	Umuarama	-	01
<b>Subtotal Brasil</b>	<b>03</b>	<b>07</b>	

<b>EXTERIOR</b>	<b>PAÍS 1</b>	-	-
	Cidade 1	-	-
	Cidade 2	-	-
	<b>PAÍS "n"</b>	-	-
	Cidade 1	-	-
	Cidade 2	-	-
	<b>Subtotal Exterior</b>	<b>00</b>	<b>00</b>
<b>Total (Brasil + Exterior)</b>		<b>03</b>	<b>07</b>

Fonte: Secretaria Administrativa

**Quadro XXVIII - Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ**

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa com Manutenção no exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Imóvel	Instalações
080012	742500030.500-5	Entrega	Muito Bom	723.474,36	25/04/2008		254.818,14	26.301,10
080012	742700008.500-1	Entrega	Bom	308.167,88	08/06/2005		610.089,81	13.878,68
080012	795300006.500-1	Entrega	Bom	271.275,97	07/06/2005			12.981,87
080012	744500010.500-0	Entrega	-	6.402,49	29/11/2007			
080012	747100007500-3	Entrega	Novo	431.513,30	18/09/2007			22.888,22
080012	748300024.500-0	Entrega	Bom	366.214,45	10/02/2006			29.945,45
080012	749300075.500-5	Entrega	Novo	1.334.145,26	04/11/2009			2.533,00
080012	749300091500-2	Entrega	Novo	1.731.440,80	21/11/2008		69.364,50	52.088,79
080012	749500032.500-7	Entrega	Bom	355.936,49	28/11/2002			9.628,13
080012	750500016.500-0	Entrega	Bom	439.907,16	17/06/2005		487.097,16	18.455,13
080012	751300018.500-2	Entrega	Bom	216.954,42	25/08/2010			23.068,27
080012	752500019.500-1	Entrega	Bom	288.215,72	29/11/2002			21.765,21
080012	753500363.500-0	Entrega	Bom	4.766.474,16	26/10/2005		58.714,85	341.660,18
080012	753500396.500-0	Entrega	Bom	8.752.253,02	29/11/2002		122.505,07	66.241,66
080012	753500371.500-3	Entrega	Regular	4.363.342,27	09/06/2004		174.402,13	202.701,08
080012	753500373.500-4	Entrega	Reparos importantes	2.522.745,36	03/02/2003		230,09	73.844,59
080012	7563008555000	Entrega	-	291.195,78	21/08/2008			
080012	756500057500-8	Entrega	-	84.521,78	16/05/2007		47.183,90	17.170,56
080012	758300050.500-8	Entrega	Bom	491.950,73	11/06/2008		73.957,41	5.462,87
080012	760700029500-4	Entrega	Bom	353.876,25	24/04/2008			9.225,84
080012	762300010.500-2	Entrega	Bom	398.947,77	25/04/2008		638.828,48	14.153,13
080012	762900030.500-0	Entrega	Bom	220.251,16	11/09/2003			8.345,25
080012	763300005.500-2	Entrega	Regular	226.153,20	24/04/2008			15.301,33
080012	765900023.500-4	Entrega	Bom	651.797,14	30/03/2010			10.027,90
080012	766700090500-0	Entrega	Bom	1.767.604,61	04/05/2010			96.745,24
080012	766700113.500-4	Entrega	Bom	3.129.516,88	07/05/2010			40.923,71
080012	768300011.500-1	Entrega	Bom	383.856,86	29/03/2010			12.363,95
080012	769100053.500-1	Entrega	Regular	1.354.024,76	11/01/2010			
080012	769100076.500-7	Entrega	Novo	3.186.599,88	13/05/2009			173.003,58
080012	772100007500-6	Entrega	Bom	487.647,72	11/01/2010		99.080,79	13.129,96

080012	774900023.500-3	Entrega	Novo	187.298,15	22/11/2006			48.272,51
080012	775100019500-3	Entrega	Bom	209.027,16	26/10/2005			18.355,91
080012	545300005.500-3	Entrega	Muito Bom	961.926,59	02/09/2008		1.103,82	31.375,20
080012	782500010.500-1	Entrega	Bom	303.154,68	24/04/2008			22.942,96
080012	78590016.500-9	Entrega	Bom	646.380,71	15/05/2010		194.574,83	21.970,25
080012	791500011500-6	Entrega	Bom	341.524,86	06/08/2009			9.120,83
080012	792700023.500-5	Entrega	Bom	534.362,44	29/03/2010			17.661,06
080012	793500038500-8	Entrega	Bom	648.493,82	23/11/2006			40.190,68
080012	79370020.500-6	Entrega	Bom	278.011,60	02/08/2007		59.039,05	10.925,59
080012	794300005.500-9	Entrega	Bom	258.859,69	17/06/2005			8.483,86
<b>Total</b>							<b>2890.990,03</b>	<b>1.390.129,05</b>

Fonte: Secretaria de Engenharia e Arquitetura

## 12 GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI) DA UJ

### Quadro XXIX - Gestão de TI da UJ

Quesitos a serem avaliados	Avaliação				
	1	2	3	4	5
<b>Planejamento</b>					
1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento da UJ como um todo.					X
2. Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor.					X
3. Há comitê que decida sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a UJ.					X
<b>Recursos Humanos de TI</b>					
4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI.	<b>Servidores = 73 Terceirizados = 0</b>				
5. Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do Órgão/Entidade.					X
<b>Segurança da Informação</b>					
6. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação.					X
7. Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante documento específico.	X				
<b>Desenvolvimento e Produção de Sistemas</b>					
8. É efetuada avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis com as necessidades da UJ.				X	
9. O desenvolvimento de sistemas quando feito na UJ segue metodologia definida.		X			
10. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do Órgão/Entidade oferecidas aos seus clientes.		X			
11. Nos contratos celebrados pela UJ é exigido acordo de nível de serviço.		X			
<b>Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI</b>					
12. Nível de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria UJ.	<b>5%</b>				
13. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da contratação em termos de resultado para UJ e não somente em termos de TI.				X	
14. O Órgão/Entidade adota processo de trabalho formalizado ou possui área específica de gestão de contratos de bens e serviços de TI.					X
15. Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade referente a produtos e serviços de TI terceirizados?				X	
<i>Considerações Gerais: o quadro foi respondido pelos Diretores das Secretarias de Tecnologia da Informação e de Desenvolvimento de Soluções de Tecnologia da Informação.</i>					
<b>LEGENDA</b>					
<b>Níveis de avaliação:</b>					

- (1) **Totalmente inválida:** Significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da UJ.
- (2) **Parcialmente inválida:** Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua minoria.
- (3) **Neutra:** Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.
- (4) **Parcialmente válida:** Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua maioria.
- (5) **Totalmente válida:** Significa que a afirmativa é integralmente aplicada ao contexto da UJ.

### 13 UTILIZAÇÃO DE CARTÕES DE PAGAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

Despesa Realizada com Utilização de Cartões de Crédito – Cartão de Pagamento do Governo Federal – CPGF durante o Exercício de 2010 e nos últimos dois exercícios

	ANO 2010	ANO 2009	ANO 2008
Despesas Pagas Mediante Fatura	54.485,41	64.726,25	59.956,05
Despesas Pagas Mediante Saques	14.476,30	14.701,67	16.367,41
<b>TOTAL</b>	<b>68.961,71</b>	<b>79.427,92</b>	<b>76.323,46</b>

Fonte: Siafi/Sercont/Secof

### 14 RENÚNCIA TRIBUTÁRIA

No exercício de 2010 não houve Renúncia Tributária neste Tribunal.

### 15 PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PARA ATENDER ÀS DELIBERAÇÕES EXARADAS EM ACÓRDÃOS DO TCU

#### Quadro XXX - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Tribunal Regional do Trabalho – 9ª Região/Paraná					
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1	TC 002.004/2007-6	AC 601/2010-2ª Câmara	9.1	DI	Comunicação Processual, de 03 de março de 2010
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
TRT 9ª Região – Paraná					-
Descrição da Deliberação:					
Conhecer do pedido de reexame interposto pelo senhor Paulo Karas, (187.210.879-20), porquanto preenchidos os requisitos de admissibilidade previstos no artigo 48 da Lei nº 8.443/1992, para, no mérito negar-lhe provimento, mantendo-se o Acórdão nº 727/2008 – TCU – 2ª Câmara em seus exatos termos.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Secretaria de Recursos Humanos e Controle Interno					-
Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:					
a) foi expedido o ATO 78, de 20 de abril de 2010, a fim de ratificar a aposentadoria do inativo LEIR TADEU DE OLIVEIRA, em observância aos itens 9.3.2 e 9.3.3 dos Acórdãos 727/2008 e 601/2010, ambos da 2ª Câmara (cópia em anexo).					

- b) foram novamente encaminhados documentos relativos ao recolhimento das contribuições previdenciárias pertinentes ao tempo de serviço rural computado para a inativação do inativo LEIR TADEU DE OLIVEIRA (cópia em anexo);
- c) foi expedido o ATO 79, de 20 de abril de 2010, com a finalidade de determinar o retorno do inativo PAULO KARAS à atividade (cópia em anexo);
- d) foram suspensos os efeitos do ATO 79, de 20 de abril de 2010, mediante despacho (cópia em anexo), em razão da decisão proferida pela 3ª Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, nos autos da Apelação Cível nº 2008.70.00.005335-2/PR, em sede de antecipação dos efeitos da tutela (cópia em anexo).
- e) O formulário de concessão de aposentadoria de LEIR TADEU DE OLIVEIRA foi novamente enviado para apreciação pelo sistema SISAC, com informação acerca do recolhimento das contribuições previdenciárias recolhidas pelo inativo.

**Síntese dos resultados obtidos**

Diante da decisão proferida nos autos da Apelação Cível nº 2008.70.00.005335-2/PR, restou determinada a continuidade do pagamento dos proventos.

Em contato com a Secretaria de Fiscalização do TCU, foi-nos informado que, ante a ilegalidade da concessão de aposentadoria, o inativo deveria perceber proventos sob a rubrica de “decisão judicial”.

**Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor**

Sem informação

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Tribunal Regional do Trabalho – 9ª Região/Paraná					
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
2	024.704/2010-5	-	-	DI	Ofício nº SEFIP-D/1015 de 8 de outubro de 2010
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
TRT 9ª Região – Paraná					
Descrição da Deliberação:					
Cópia da portaria de aposentação e do mapa de tempo de serviço da servidora ZULEIKA FERREIRA MELO (CPF 165.853.729-72), e proporcionalidade dos seus proventos.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Secretaria de Pessoal – SERDAF – SERPAG					
Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:					
A Secretaria de Controle Interno enviou as cópias solicitadas, através do Ofício SCI nº 8/2010, de 5 de novembro de 2010					
Síntese dos resultados obtidos					
A concessão de aposentadoria da inativa foi considerada legal na Sessão de 1/2/2011, Acórdão nº 461/2011 – 1ª Câmara					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Sem informação					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Tribunal Regional do Trabalho – 9ª Região/Paraná					
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
3	025.103/2010-5				Ofício nº SEFIP-D/1113 de 22 de outubro de 2010



<b>Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação</b>		<b>Código SIORG</b>
TRT 9ª Região – Paraná		
<b>Descrição da Deliberação:</b>		
Prestar esclarecimento sobre as falhas/irregularidades apontadas pelo Sistema SISAC em relação às admissões dos servidores: Anna Paula Knies, Carla Engel Gomes, Fabiana Beatriz Rossoni, Fernanda Morsoletto Trochmann Fontana, Fernando de Paiva Gomes, Greice Jorge Fernandes, José Américo Zampar Júnior, Mariana Thel Ribeiro, Nelson Octavio Leitão Neto e Renata Cavalcanti Fernandes Correia Santos.		
<b>Providências Adotadas</b>		
<b>Sector responsável pela implementação</b>		<b>Código SIORG</b>
<b>Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:</b>		
Enviado ofício SCI nº10/2010 acompanhado de documentos, Informação SEGESERAD/ADMISSÃO nº 250/2010, Informação SERLEG nº 268/2005, Parecer do Controle Interno SAP nº133/05, Despacho DG nº 49/06, Ato nº 236/09, Ato nº 221/09, Ato nº226/09 e Portaria SGP nº 81/08.		
<b>Síntese dos resultados obtidos</b>		
Sem informação		
<b>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b>		
Sem informação		

<b>Unidade Jurisdicionada</b>					
<b>Denominação completa:</b>					<b>Código SIORG</b>
Tribunal Regional do Trabalho – 9ª Região/Paraná					
<b>Deliberações do TCU</b>					
<b>Deliberações expedidas pelo TCU</b>					
<b>Ordem</b>	<b>Processo</b>	<b>Acórdão</b>	<b>Item</b>	<b>Tipo</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
4	009.510/2008-0	AC 6.309/2010		DI	Comunicação processual nº 23.987-TCU/SEFIP, de 06 de outubro de 2010
<b>Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação</b>					<b>Código SIORG</b>
TRT 9ª Região – Paraná					-
<b>Descrição da Deliberação:</b>					
Aplicação da Súmula 249, em relação às importâncias indevidamente recebidas de boa-fé; fazer cessar todo e qualquer pagamento decorrente do ato impugnado, no prazo máximo de 15 (quinze), contados da ciência da decisão desta Corte de Contas, sob pena de ressarcimento das quantias pagas após essa data pelo responsável; e esclarecer ao órgão de origem que deverá proceder à emissão de novo ato, livre das irregularidades ora apontadas, e submetê-lo a nova apreciação por este Tribunal, na forma do art. 260, <i>caput</i> , também do regimento.					
<b>Providências Adotadas</b>					
<b>Sector responsável pela implementação</b>					<b>Código SIORG</b>
Não houve implementação de providência tendo em vista o efeito suspensivo dos embargos interpostos pelo interessado.					-
<b>Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:</b>					
A parte interessada, o Des. RICARDO SAMPAIO, interpôs, tempestivamente, Embargos de Declaração contra o Acórdão 6.309/2010-1ª Câmara, junto à SECEX/Paraná, no dia 03/11/2010, às 10:12 horas, informação que já consta da movimentação processual dos autos supramencionados. Diante do efeito suspensivo da medida processual, aguarda-se próxima determinação. Discute-se o percentual de 23% de GATS (apontando-se a inobservância de quinquênios) e a base de cálculo da vantagem do art. 192 da Lei nº 8.112/90.					
<b>Síntese dos resultados obtidos</b>					
Sem informação					
<b>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b>					
Sem informação					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Tribunal Regional do Trabalho – 9ª Região/Paraná					
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
5	TC 021.566/2006-0	AC 61/09	-	DI	Of. Circular nº 0521/SEFIP, de 03 de novembro de 2010
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
TRT 9ª Região – Paraná					-
Descrição da Deliberação:					
<p>O Plenário desse Tribunal de Contas da União, por intermédio do Acórdão nº 61/2009, veio "recomendar aos demais Órgãos da Justiça Eleitoral, bem como à administração do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça, do Tribunal Superior do Trabalho, do Tribunal Superior Eleitoral, do Superior Tribunal Militar e aos Tribunais Regionais (TRF, TRE, TRT), que procedam à correção da vantagem pecuniária individual da Lei nº 10.698, de 2003, incluída nas aposentadorias e pensões civis que detêm paridade e são pagas proporcionalmente, de forma que tal parcela seja paga de acordo com a proporção dos proventos".</p> <p>O Tribunal de Contas estabeleceu o prazo máximo de 10(dez) dias para que este TRT informe se a parcela relativa à VPI da Lei nº 10.698/2003 já está <b>proporcionalizada</b>, nas aposentadorias e pensões civis calculadas proporcionalmente e com paridade, ou se continua sendo paga no seu valor integral.</p>					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
A Secretaria de Pessoal respondeu, diretamente, ao ofício, por meio do Ofício SP nº 48/2010, enviando ao órgão de controle externo as cópias do processo PRP SRH nº 48/2010.					-
Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:					
Foi enviado ofício diretamente pela Secretaria de Pessoal					
Síntese dos resultados obtidos					
Este TRT informou ao TCU os procedimentos tomados, devendo ser feitos ajustes nos atos enviados ao SISAC que ainda não foram autuados, o que será providenciado por esta SCI.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Este TRT não procedeu a alteração de alguns atos tendo em vista os efeitos da decadência administrativa.					

**Observação:** Com relação ao preenchimento do Quadro A.15.2 (Portaria Normativa 277/2010), referente ao cumprimento de deliberações do TCU, necessário informar que não há quaisquer pendências e que esta unidade jurisdicionada deu cumprimento a todas as deliberações oriundas dessa Corte.

## 16 TRATAMENTO DAS RECOMENDAÇÕES REALIZADAS PELA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO

A Unidade de Controle Interno, no exercício de 2010, iniciou processo de readequação e reestruturação dentro do organograma desta UJ, em atendimento à Resolução CNJ 86/2009, editada em atenção ao Acórdão TCU nº 1074/2009, que em relatório de levantamento referente às estruturas de governança dos Órgãos e Unidades de Controle Interno dos Poderes fez uma série de recomendações a serem atendidas. O referido processo apenas foi concluído parcialmente, não estando ainda definidas e regulamentadas dentro da estrutura administrativa as atribuições diretamente relacionadas ao planejamento e realização de auditorias formais, com todos os requisitos requeridos. Em consequência, não há registro de recomendações formais aos setores administrativos e áreas estratégicas dentro da estrutura de gestão desta UJ.

**17 OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS RELEVANTES PELA UNIDADE**

Neste tópico são apresentadas informações relevantes acerca dos valores arrecadados e recolhidos relativos a impostos, contribuições e outros valores pelo TRT 9ª Região, os principais critérios contábeis adotados na avaliação dos elementos patrimoniais e análise das conformidades contábeis do exercício de 2010.

**17.1 Valores Arrecadados e Recolhidos durante o Exercício de 2010**

Durante o exercício de 2010 este Tribunal arrecadou e recolheu ao Tesouro Nacional e a outros entes da federação impostos, contribuições e valores assim distribuídos:

<b>a) IMPOSTOS FEDERAIS RETIDOS E RECOLHIDOS AO TESOURO NACIONAL:</b>	
0561 – IRRF-R.TRAB.ASSAL.-ADM.PUBLICA/SETOR P	80.839.284,12
0588 – IRRF-REND.TRABALHO SEM VINCUL. EMPREGA	544.789,03
1661 – CPSSS-SERV.CIVIL ATIVO	12.344.061,65
1684 – CPSSS-SERV.CIVIL LICENCIADO	20.312,34
1700 – CPSSS-SERV.CIVIL INATIVO	2.192.881,15
1717 – CPSSS-SERV.PENSION.CIVIL	384.415,74
1769 – CPSSS-PATRONAL SERV. CIVIL ATIVO	24.733.728,18
1781 – CPSSS-PATRONAL SERV. LICENCIADO	40.624,68
3208 – IRRF-ALUGUEIS E ROYALTIES PAGOS A P.FI	12.570,88
6147 – TRIBUTOS RETIDOS ORGAOS PUBLICOS – PRO	584.292,51
6175 – TRIBUTOS RETIDOS ORG. PUB.-TRANSP.PASS	25.381,08
6188 – TRIBUTOS RETIDOS – ORG.PUB. FINANCEIRA	8.815,79
6190 – TRIBUTOS RETIDOS ORG.PUBLICOS – SERVIC	655.776,85
8739 – GASOL/DIESEL/GLP R ALCOOL NO VAREJO-RE	1.217,96
8767 – MEDICAMENTO ADQUIR.DISTRIB./VAREJ.RET.	2.362,18
<b>TOTAL</b>	<b>122.390.514,14</b>
<b>b) VALORES RETIDOS RECOLHIDOS A PREVIDENCIA SOCIAL – INSS</b>	
2402 – ÓRGÃO DO PODER JUDICIÁRIO – CNPJ	1.428.684,03
2640 – CONTR. RETIDA NF/FATURA PELO ÓRGÃO PÚBLICO	643.333,25
2682 – CONTRIB. RET. S/A NF/FATURA PRESTADORA SERV-CEI	61.513,50
<b>TOTAL</b>	<b>2.133.530,78</b>
<b>c) ISS RETIDO E RECOLHIDO AOS MUNICÍPIOS</b>	
<b>TOTAL</b>	<b>254.917,95</b>
<b>d) RECOLHIMENTOS AO TESOURO POR MEIO DE GRU- GUIA DE RECOLHIMENTO A UNIÃO</b>	
10023 – CPSSS-SERV.CIVIL ATIVO	20.560.038,80
10024 – CPSSS-SERV.CIVIL INATIVO	3.465.240,55
10025 – CPSSS-SERV.PENSION.CIVIL	630.207,18
10027 – CPSSS-SERV. CIVIL LIC/CEDIDO	43.686,29
11572 – MONTEPIO CIVIL	15.275,88
18806 – STN-REC.DESP.EXERC.ANTER.	5.953,64
18811 – STN TX OCUPAÇÃO IMÓVEIS	8.886,87
18818 – STN OUTRAS RESTIT. (FOLHA)	4.615,00
18821 – STN OUTRAS INDENIZAÇÕES (FOLHA)	191.262,80
18831 – STN – MULTA/JUROS PREVISTO EM CONTRATO	56.291,03
18854 – STN RESSARCIMENTO LIGAÇÕES TELEFÔNICAS	24.187,97
50028 – CPSSS-PATRONAL SERVIDOR CIVIL ATIVO	40.234.413,52
51329 – FISTEL – TAXA FISCALIZAÇÃO FUNCIONAMENTO	146,82
52672 – ANATEL-CONTR. RADIOF PUB.	39,21
58822 – STN OUTRAS RECEITAS-INTRA	1.536,00
68806 – DEVOLUÇÃO DE SALÁRIOS	10.795,56

68888 – ANULAÇÃO DESPESAS NO EXERCÍCIO	1.143,64
70013 – ESAF – INTRA CURSOS/SEMINÁRIOS	1.300,00
70198 - REC-INTRA-IND.ED./GRAFICA	45.138,73
78818 - REC-INTRA-SERV. COM. LIVROS/PERIÓDICOS	102,00
90001 – SERPRO – OUTROS VALORES PENDENTES	47.065,81
<b>TOTAL</b>	<b>65.347.327,30</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>190.126.290,17</b>

Fonte: Siafi/Sercont/Secof

## 17.2 Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Nos demonstrativos contábeis do TRT 9ª referentes ao exercício de 2010, foram adotados os seguintes critérios contábeis:

- a) Para avaliação dos elementos do ativo financeiro foi utilizado o custo de aquisição;
- b) Para avaliação dos elementos do ativo não financeiro foi utilizado para as contas que compõem o estoque, o preço médio ponderado das compras, de acordo com o artigo 106, da Lei nº 4.320/64;
- c) Na avaliação dos elementos do ativo permanente foi utilizado para os bens móveis o valor de aquisição e para os bens imóveis em construção, o custo de construção. Os bens imóveis já incorporados ao patrimônio da União, foram avaliados pelo valor de mercado, conforme critérios definidos pelo Departamento de Patrimônio da União;
- d) Os valores registrados no Passivo estão avaliados pelo valor corrente;
- e) Foi utilizado o regime contábil de competência para o registro das despesas;
- f) Os demais demonstrativos contábeis exprimem de forma fidedigna a execução orçamentária e financeira do TRT 9ª Região e a real situação econômico-financeira do órgão.
- g) No exercício de 2010, em observância aos Princípios da Competência e Oportunidade, conforme Resolução CFC nº 1.111/2007, art. 85 da Lei 4.320/1964, Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, aprovado pela Portaria STN nº 467/2009 e às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC T 16), o Tribunal Regional do Trabalho 9ª Região, registrou mensalmente as Provisões para Férias e 13º Salário. A partir do mês de novembro de 2009, iniciou o registro da depreciação dos itens do Imobilizado e da amortização de Intangíveis.
- h) Para fins de Depreciação e Amortização dos elementos registrados no Imobilizado e Intangível, respectivamente, foram utilizados os seguintes critérios:
  - h.1) Método utilizado: método linear ou de quotas constantes;
  - h.2) Vida útil econômica e Taxa utilizada: conforme tabela abaixo:

Grupo Siafi	Descrição do Título do Grupo de Bens	Prazo de Vida Útil *	Taxa Anual de Depreciação
04	Aparelhos de Medição e Orientação	10 anos	10%
06	Aparelhos e Equipamentos De Comunicação	5 anos	20%
08	Apar. Equip. Utens. Med. Odont. Labor. Hospit.	5 anos	20%
12	Aparelhos e Utensílios Domésticos	10 anos	10%
18	Coleções e Materiais Bibliográficos	10 anos	10%
24	Equip. Proteção, Segurança e Socorro	10 anos	10%
30	Máquinas e Equipamentos Energéticos	10 anos	10%
32	Máquinas e Equipamentos Gráficos	10 anos	10%
33	Equip. p/Áudio, Vídeo e Foto	5 anos	20%
34	Máq., Utensílios e Equipamentos Diversos	10 anos	10%
35	Equipamentos de Processamento de Dados	5 anos	20%
36	Máq., Instal. e Utensílios de Escritório	10 anos	10%
38	Máq., Ferramentas e Utensílios de Oficina	5 anos	20%
39	Equipamentos Hidráulicos e Elétricos	10 anos	10%
42	Mobiliário em Geral	10 anos	10%
44	Obras de Arte e Peças para Exposição	10 anos	10%
48	Veículos Diversos	10 anos	10%

51	Peças Não Incorporáveis a Imóveis	5 anos	20%
52	Veículos de Tração Mecânica	5 anos	20%
57	Acessórios para Veículos	10 anos	10%
94	Intangível	5 anos	20%
99	Outros Materiais Permanentes	10 anos	10%

\*Adotado como parâmetro o critério determinado no Anexo I, da Instrução Normativa SRF nº 162/1998, da Secretaria da Receita Federal, que estipula o prazo de 10 anos para depreciação de máquinas, 5 anos para veículos, 5 anos para computadores e periféricos e 10 anos para móveis.

- h.3) Imobilizado: Valor Contábil Bruto: R\$ 56.470.377,24; Depreciação inicial: R\$ 1.189.752,09; Depreciação Final: R\$ 8.327.940,20;
- h.4) Intangível: Valor Contábil Bruto: R\$ 364.502,70; Amortização inicial: R\$ 1.956,35; Amortização Final: R\$ 49.900,45;
- h.5) Para fins de valores residuais foram aplicadas as mesmas taxas de depreciação e amortização sobre o custo de aquisição dos bens;
- h.6) Os bens imóveis não foram depreciados, seguindo orientação da Coordenação Geral de Contabilidade, conforme mensagem Siafi 2009/1299579, de 11/11/2009, pois esta será efetuada diretamente pelo Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União - SPIUNET.

### 17.3 Análise das Conformidades Contábeis durante o Exercício de 2010

Durante o exercício de 2010 este Tribunal apresentou restrições contábeis nos meses de março, agosto e dezembro, por ocasião do registro de conformidade contábil quando do fechamento mensal dos balancetes, conforme observado na transação CONCONFCON no Siafi, abaixo discriminado:

<b>CONFORMIDADE CONTÁBIL DE U.G. – EXERCÍCIO 2010</b>			
<b>UNIDADE GESTORA: 080012 – TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9A.REGIAO</b>			
<b>GESTAO: 00001 - TESOIRO NACIONAL</b>			
MÊS	SITUAÇÃO	MOTIVO	REGULARIZAÇÃO
JANEIRO	SEM RESTRIÇÃO		
FEVEREIRO	SEM RESTRIÇÃO		
<b>MARÇO</b>	<b>COM RESTRIÇÃO</b>	Código: 951 – FALTA DO REGISTRO DA CONFORMIDADE DE REGISTRO DE GESTÃO. Justificativa: FALTA DO REGISTRO DA CONFORMIDADE DOS REGISTROS DE GESTAO NO PRAZO DETERMINADO PELA IN/STN Nº 6, DE 31/10/2007, RELATIVO AOS DIAS 03 E 04/03/2010.	
ABRIL	SEM RESTRIÇÃO		
MAIO	SEM RESTRIÇÃO		
JUNHO	SEM RESTRIÇÃO		
JULHO	SEM RESTRIÇÃO		
<b>AGOSTO</b>	<b>COM RESTRIÇÃO</b>	Código: 951 – FALTA DO REGISTRO DA CONFORMIDADE DE REGISTRO DE GESTÃO. Justificativa: FALTA DO REGISTRO DA CONFORMIDADE DOS REGISTROS DE GESTAO NO PRAZO DETERMINADO PELA IN/STN Nº 6, DE 31/10/2007, RELATIVO AO DIA 10/08/2010.	
SETEMBRO	SEM RESTRIÇÃO		
OUTUBRO	SEM RESTRIÇÃO		
NOVEMBRO	SEM RESTRIÇÃO		

<b>DEZEMBRO</b>	<b>COM RESTRIÇÃO</b>	Código: 458 – FALTA DE RECLASSIFICAÇÃO DESPESA COM SUPRIMENTO DE FUNDOS. Justificativa: SALDO INCORRETO NAS CONTAS 112440000 (ADIANTAMENTO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS), 199110600 (SF) E 333903096 (DESPESA PGTO ANTECIPADO) EM VIRTUDE DE ANULAÇÃO EQUIVOCADA DO DOCUMENTO 2010CD000179 NO DIA 07/01/2011 COM DATA DE 31/12/2010.
-----------------	----------------------	--

Fonte: Siafi/transação: CONCONFCON

## PARTE B - INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO

### 1 DECLARAÇÃO DO CONTADOR RESPONSÁVEL PELA UNIDADE JURISDICIONADA

#### Quadro XXXI - Declaração Plena do Contador

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
DECLARAÇÃO PLENA			
Denominação completa (UJ):			Código da UG
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 9ª REGIÃO			080012
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
<b>Local</b>	<b>Curitiba</b>	<b>Data</b>	<b>30 de março de 2011</b>
<b>Contador Responsável</b>	<b>Vilmar José Siqueira</b>	<b>CRC n°</b>	<b>026.180/0-7</b>

Curitiba, 30 de março de 2011.

**Vilmar José Siqueira,**  
Diretor da Secretaria de Contabilidade,  
Orçamento e Finanças - Secof

**Marhuska Santos Polli,**  
Diretora da Secretaria de Controle Interno